



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

MANUAL DOS ACIONISTAS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 12/04/2022

Fortaleza, 21 de março de 2022.



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	03
2. CONVITE.....	04
3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO.....	05
3.1 PARTICIPAÇÃO PRESENCIAL.....	05
3.2 PARTICIPAÇÃO POR VOTO À DISTÂNCIA.....	06
4. EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	08
5. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO.....	10
6. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	12



1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual dos Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia Geral”) da Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), a ser realizada em 12/04/2022.

Este documento, que contém todas as informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas, bem como as orientações para o exercício do direito de voto na respectiva Assembleia Geral, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecer, participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral da Companhia.

Atenciosamente,

Guilherme Gomes Lencastre
Presidente do Conselho de Administração



2. CONVITE

Aos Senhores Acionistas,

A administração da Companhia Energética do Ceará – Coelce vem, por meio desta, convidar V.Sas. a participar e expressar suas opiniões na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 12/04/2022.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, CEP: 60135-040, às 14:00 no dia 12/04/2022 para examinar, discutir e votar as seguintes matérias de interesse da Companhia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I. Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes;
- II. Destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e distribuição de dividendos;
- III. Definição do número de membros do Conselho de Administração para o próximo triênio;
- IV. Eleição de membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 3 (três) anos;
- V. Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023;
- VI. Uma vez instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia espera que o presente Manual seja útil aos senhores acionistas e incentive vossa participação na Assembleia Geral.



3. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

O edital de convocação da Assembleia Geral consta deste Manual e será publicado no jornal O Povo.

A Assembleia Geral somente será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representando o *quórum* mínimo legal para o tema, conforme a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), conforme alterada. A Assembleia Geral, em segunda convocação, será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação da matéria a ser apreciada na Assembleia Geral dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, conforme artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações.

3.1. Participação Presencial

Como a Assembleia Geral discutirá temas de interesse da Companhia e de V.Sas., apenas as pessoas que comprovarem sua qualidade de acionistas - ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável - poderão comparecer e participar da Assembleia Geral, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Conforme a legislação aplicável, para comprovar a qualidade de acionistas, ou representantes de acionistas, e participar da Assembleia Geral, V.Sas. deverão apresentar os seguintes documentos:

(i) Comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia expedido com no máximo 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; e

(ii) Cópia (autenticada, quando possível) dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

b) Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representantes(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e registrado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração), devidamente registrada.

c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).

Na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de procuração devidamente regularizado na forma da lei e dos atos societários que comprovem a representação legal com antecedência de 72 (setenta e duas horas) contadas da data de realização da Assembleia Geral, através do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou à Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza CE, aos cuidados da Diretoria de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em



mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para essa Assembleia Geral, dispensará o apostilamento, ou notariação e consularização, conforme aplicável, dos documentos de representação expedidos no exterior.

Antes de abrirem-se os trabalhos da Assembleia Geral, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares, conforme Artigo 127 da Lei das Sociedades por Ações.

3.2. Participação Por Voto à Distância

Conforme previsto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM nº 481/2009”), os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em assembleias gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado em documento denominado “Boletim de voto a distância”.

Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por meio do envio do Boletim de Voto à Distância diretamente à Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, deverá encaminhar os seguintes documentos através do endereço eletrônico assembleia.ce@enel.com ou à Rua Padre Valdevino, nº 150, Prédio da administração Central, segundo andar, Centro –Fortaleza CE, aos cuidados da Diretoria de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores, mediante protocolo de recebimento, se entregue em mãos, ou aviso de recebimento (“AR”) caso seja entregue por Correios ou courier. Documentos a serem entregues:

- (i)** Via física do Boletim de Voto à Distância com (a) todos os seus campos devidamente preenchidos; (b) todas as suas páginas rubricadas; e (c) a assinatura do acionista ou de seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso, nos termos da regulamentação vigente;
- (ii)** Comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia; e
- (iii)** Cópia (autenticada, quando possível) dos seguintes documentos, conforme o caso:
 - a)** Acionista Pessoa Física: Documento de identificação com foto. Exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.
 - b)** Acionista Pessoa Jurídica: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista, exemplar do último Estatuto ou Contrato Social consolidado e, ainda, a documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores ou procuração).
 - c)** Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: Documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is) do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso), exemplar do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária que lhe(s) outorgue poderes de representação (ata de eleição dos administradores ou procuração).



O Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido em até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data de realização da respectiva assembleia, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada, artigo 21 - B.

A Companhia esclarece que, excepcionalmente para essa Assembleia Geral, de forma a estimular o uso do sistema de votação à distância, dispensará a exigência de reconhecimento de firma no Boletim de Voto a Distância (e no caso daqueles provenientes do exterior a correspondente notariação, consularização ou apostilamento) bastando a apresentação do Boletim de Voto à Distância acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do(s) signatário(s), sem prejuízo da apresentação dos documentos descritos em A), B) e/ou C) acima conforme o caso. A Companhia solicita, todavia, que, sempre que possível, o Boletim de Voto à Distância contenha autenticação digital da assinatura dos respectivos signatários.

Uma vez recebidos o Boletim de Voto à Distância e os documentos que o tiverem acompanhado, a Companhia comunicará o acionista acerca de sua aceitação ou não, neste caso, devidamente justificada, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do seu recebimento, nos termos do artigo 21 – U da Instrução CVM nº 481/2009.

Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 dias antes da data de realização da Assembleia Geral, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar - São Paulo

Atendimento a acionistas:

3003-9285 (capitais e regiões metropolitanas)

0800 7209285 (demais localidades)

O horário de atendimento é em dias úteis das 9h às 18h.

Email: atendimentoescrituracao@itau-unibanco.com.br



4. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE

CNPJ nº 07.047.251/0001-70

NIRE nº 23300007891

Companhia Aberta

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas da Companhia Energética do Ceará – COELCE (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “assembleias”), a serem realizadas no dia 12 de abril de 2022, às 14 horas, na sede da Companhia, na Rua Padre Valdevino, nº 150, Centro, Fortaleza/CE, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- I.** Aprovação das contas dos Administradores; exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes;
- II.** Destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e distribuição de dividendos;
- III.** Definição do número de membros do Conselho de Administração para o próximo triênio;
- IV.** Eleição de membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 3 (três) anos;
- V.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023;
- VI.** Uma vez instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- I.** Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Para participar das assembleias, o acionista deverá apresentar comprovante de propriedade de ações expedido pela instituição depositária das ações da Companhia. Caso o acionista seja representado por procurador, a Companhia solicita o depósito do respectivo mandato acompanhado dos documentos necessários, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia das assembleias. Solicita-se aos acionistas que observem o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76.

Para instalação do Conselho Fiscal é necessário o pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) de ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. Os titulares de ações preferenciais sem direito a voto terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro efetivo e o respectivo suplente.



Nos termos do artigo 3º da ICVM nº 165/91, alterada pela ICVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%.

O acionista poderá exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da Instrução CVM nº 481/2009, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Boletim de Voto à Distância, do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, e do Manual de Participação para as respectivas Assembleias Gerais.

Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas assembleias encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos endereços eletrônicos: www.enel.com.br/ri e www.cvm.gov.br.



5. MODELO DE PROCURAÇÃO E SUBSTABELECIMENTO

Abaixo constam modelos de procuração e substabelecimento para mera referência dos acionistas. Os acionistas também poderão utilizar outras procurações que não a sugerida neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei nº 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO OUTORGANTE)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº _____, emitido por _____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº _____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, nomeia (qualificação completa dos Outorgados), para representação da Outorgante nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a serem realizadas no dia 12 de abril de 2022, às 14hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções anexas a este instrumento de mandato. Os aqui Outorgados ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da(s) respectiva(s) ata(s) e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito às assembleias aqui mencionadas.

(local), (dia e mês) de 2022.

(assinatura)



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento particular, Eu, (qualificação completa do Procurador), substabeleço para (qualificação completa dos substabelecidos), os poderes a mim outorgados por **(NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL DO ACIONISTA)**, (natureza do Outorgante, p.e. Fundo de Investimento, Pessoa Jurídica ou Pessoa Física), (nacionalidade), (se pessoa física: estado civil, profissão, documento de identidade nº ____, emitido por ____), inscrito no (CNPJ/CPF) sob o nº ____, com domicílio em (endereço completo), doravante simplesmente “Outorgante”, para fins de representação da Outorgante nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da **COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ – COELCE** (“Companhia” ou “Coelce”), a serem realizadas no dia 12 de abril de 2022, às 14hs, para nelas proferir voto, de acordo com as instruções de voto anexas a este instrumento de mandato. Os aqui substabelecidos ficam também autorizados a representar a Outorgante na assinatura da(s) respectiva(s) ata(s) e do livro de presença de acionistas da Companhia, no que diz respeito às assembleias aqui mencionadas.

(local), (dia e mês) de 2022.

(assinatura)



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

O Conselho de Administração da Companhia Energética do Ceará ("Coelce" ou "Companhia") submete à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 12/04/2022, bem como os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia no exercício de 2021, nos termos do item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009 (Formulário de Referência), anexo I ao presente documento.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1 - Aprovação das contas dos Administradores, exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2021, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes:

A Administração da Companhia informa que foram publicadas em 11 de março de 2022, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31/12/2021, aprovados pela Diretoria da Companhia previamente à manifestação favorável do Conselho de Administração, e à emissão da opinião do Conselho Fiscal, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia.

2 - Destinação do lucro líquido do exercício de 2021 e a distribuição de dividendos:

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2021 um lucro líquido de R\$ 455.035.552,02 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dois centavos) dos quais R\$ 63.469,07 (sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sete centavos), são referentes aos dividendos prescritos, nos termos do art. 287, II, "a", da Lei 6.404/76.

Tendo em vista (i) a faculdade da Companhia prevista no § 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, de deixar de constituir reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% do capital social, e que (ii) o saldo resultante da soma da reserva de capital mais a reserva legal da Coelce ultrapassa 30% do capital social da Companhia, a Administração propõe não destinar qualquer parcela do lucro líquido do exercício para a constituição da reserva legal.

Em face do exposto, a Administração propõe aos Acionistas da Companhia que o lucro líquido de R\$ 455.035.552,02 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dois centavos) seja destinado da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 131.308.888,01 (cento e trinta e um milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e um centavo), correspondente a 28,86% (vinte e oito, vírgula, oitenta e seis por cento) será destinado ao pagamento de dividendos, dos quais 3,14% (três, vírgula, quatorze por cento) referem-se ao dividendo mínimo obrigatório e 25,71% (vinte e cinco, vírgula, setenta e um por cento) referem-se a juros sobre capital próprio já pagos no exercício de 2021, no montante de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), conforme deliberado em Reunião de Conselho realizada em 25/10/2021.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 323.726.664,02 (trezentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), acrescido o valor de R\$ 13.470.696,36 (treze



milhões, quatrocentos e setenta mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$ 337.197.360,38 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e sessenta reais e trinta e oito centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 28, II, d, do Estatuto Social.

Os dividendos ora propostos serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 12/04/2022, e, em sendo aprovados, deverão ter o seu pagamento efetuado até 31/12/2022, sem a incidência de qualquer atualização monetária, aos acionistas titulares de ações da Companhia no final do dia da realização da Assembleia Geral Ordinária que vier a aprovar as Demonstrações Financeiras e a proposta de distribuição do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2021, no valor de R\$ 1,68657612 por ação ordinária, ação preferencial Classe “A” e ação preferencial classe “B”.

Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei de Sociedades Anônimas, propõe-se a capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$ 171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais) sem a emissão de novas ações, que será objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na mesma data.

Encontra-se anexa ao presente documento a proposta de destinação do lucro líquido do exercício com as informações indicadas no Anexo 9-1 II da Instrução CVM nº 481/2009, nos termos do inciso II do parágrafo segundo do art. 9º da referida instrução (Anexo II).

3 – Definição do número de membros do Conselho de Administração para o próximo triênio.

O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 13, dispõe que o Conselho de Administração será composto de até 11 (onze) membros e até igual número de suplentes.

Nesse sentido, o Acionista controlador propõe que o número de conselheiros, para o próximo triênio a se iniciar com a Assembleia Geral Ordinária de 2022, seja fixado em 8 (oito) ou 9 (nove), caso venha a haver indicação pelos minoritários, na forma da lei.

4 - Eleição de membros do Conselho de Administração para um novo mandato de 3 (três) anos.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo IV) as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho de Administração da Companhia. Do total dos 9 (nove) membros a serem eleitos para compor o Conselho de Administração no próximo triênio que se inicia com a Assembleia Geral Ordinária de 2022, 7 (sete) serão indicados pelo controlador, e 1 (um) será indicado pelos empregados da Companhia. Além disso, 1 (um) membro poderá ainda ser eleito por acionistas conforme artigo 141, § 4º, II, da Lei 6.404/1976, todos os membros eleitos terão prazo de mandato de 3 (três) anos, conforme artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

5 - Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023.

A proposta de remuneração global anual dos administradores, até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2022, será de até: R\$ 15.695.169,70 (quinze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e setenta centavos).

Encontram-se anexa ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme artigo 12 da Instrução CVM nº 481/2009.



6 – Instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros e respectivos suplentes e fixação de sua remuneração, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76.

Caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal pelos acionistas minoritários, a administração propõe a eleição dos seguintes candidatos: Srs. Jorge Parente Frota Junior e Antonio Cleber Uchoa Cunha, para ocupar os cargos de Membros Titulares, e Srs. Aldemir Ferreira de Paula Augusto e Antonio Cleto Gomes, para ocupar os cargos de Membros Suplentes.

Caso se aprove a instalação do Conselho Fiscal, a Administração propõe ainda que a Assembleia aprove a proposta de remuneração global dos membros do Conselho Fiscal de até R\$ 251.226,00.

A remuneração efetivamente paga ao Conselho Fiscal será o equivalente de 10% da remuneração que, em média, for paga a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, nos termos do artigo 162, §3º da Lei 6.404/76.

Encontram-se anexas ao presente documento (Anexo III) as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme artigo 10 da Instrução CVM nº 481/2009, relativas aos candidatos indicados pelo controlador para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

1. Aprovação da capitalização parcial do saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. (Vide Anexos V e VI desta proposta da Administração)

Considerando que após a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite de que trata o artigo 199 da Lei de Sociedades Anônimas, a Administração propõe a aprovação da capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, sem a emissão de novas ações, no valor de R\$ 171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais). O capital social da Companhia passará de R\$ 914.346.885,77 (novecentos e quatorze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), para R\$ 1.085.346.885,77 (um bilhão, oitenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos). com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.



Anexo I - Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

Artigo 9º da instrução cvm nº 481/2009 –relatório do comitê de auditoria estatutário e comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia na forma do item 10 do formulário de referência.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

No curso normal de seus negócios, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Considerando os indicadores financeiros e patrimoniais apresentados nos últimos três anos, conforme tabela abaixo, o nível de endividamento da Companhia é confortável, e se mantém em patamares conservadores. A Companhia encerrou 2021 com uma alavancagem financeira bruta (Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)) de 0,52 e com o Índice Dívida Bruta / EBITDA (EBITDA e Dívida Bruta acumulado nos últimos 12 meses) em 3,01.

O índice que relaciona a Dívida Líquida pelo EBITDA (Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização), encerrou 2021 em 2,78 com suave incremento em relação ao do ano anterior (2,68). Apesar do aumento, o nível do indicador continua dentro das condições normais de mercado e abaixo do nível de referência (3,5).

Considerando o nível de alavancagem, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Indicadores de Endividamento	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Bruta / EBITDA	3,01	3,00	2,70
Dívida Líquida / EBITDA	2,78	2,68	2,49
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + PL)	0,52	0,43	0,41
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + PL)	0,50	0,40	0,39
Indicadores de liquidez	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Liquidez Geral (Ativo Circulante+ativo não circulante)/(Passivo circulante+Passivo não circulante)	1,45	1,53	1,56
Liquidez Corrente (Ativo circulante/Passivo Circulante)	0,96	0,84	1,05
Liquidez Imediata (Caixa e equivalentes e Títulos e Valores Mobiliários/Passivo Circulante)	0,08	0,09	0,08

OBS: A Dívida Bruta considera as seguintes contas do Balanço:

- Instrumentos Financeiros Derivativos SWAP, presente tanto no ativo circulante como no não circulante;
- Empréstimos e Financiamentos, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;
- Debêntures, presente tanto no passivo circulante como no não circulante;

Para se obter a Dívida Líquida, subtrai-se da Dívida Bruta as seguintes contas do ativo circulante:

- Caixa e equivalente de caixa
- Títulos e valores mobiliários

O EBITDA refere-se ao lucro líquido do exercício antes de tributos sobre o lucro, resultado financeiro, e depreciações e amortizações.

O EBITDA ajustado refere-se lucro líquido do exercício antes de tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com recebíveis de clientes.



b. estrutura de capital;

Estrutura de capital – calculada considerando relação: dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Capital Próprio = PL (R\$ mil)	3.486.805	3.230.548	3.114.051
Capital de Terceiros = Dívida Líquida (R\$ mil)	2.429.404	2.167.402	2.031.196
TOTAL (R\$ mil)	6.916.209	5.397.950	5.145.247
Capital Próprio (%)	50,4%	59,8%	60,5%
Capital de Terceiros (%)	49,6%	40,2%	39,5%

2021

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos e capital de giro. Em 31 de dezembro de 2021, 50,4% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 49,6% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

2020

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2020, 59,8% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 40,2% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

2019

As operações da Companhia são financiadas com capital próprio e de terceiros obtidos por meio de empréstimos e financiamentos junto a bancos e instituições financiadoras de projetos de investimentos. Em 31 de dezembro de 2019, 60,5% do capital utilizado pela Companhia era proveniente de recursos próprios e 39,5% oriundos de capital de terceiros. Conforme demonstram estas proporções, os diretores acreditam que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada e conservadora, denotando baixo risco de crédito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos;

Ao final de 2021, a Companhia cumpriu com todos os *covenants* financeiros assumidos em contratos de financiamentos e emissão de debêntures, conforme apresentados abaixo, indicando situação de liquidez e equilíbrio financeiro:

Repasse BNDES/Itaú CCB (1)	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Bancária Líquida** ÷ EBITDA (Lucro antes de tributos sobre o lucro, resultado financeiro e depreciações e amortizações)	Limite Máx. 3,50	0,98	0,72	0,59
Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + Patrimônio Líquido)	Limite Máx. 0,60	0,26	0,15	0,13

(1) A dívida do Itaú CCB foi liquidada em 20 de março de 2019



Banco do Brasil (2)	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA (Lucro antes de tributos sobre o lucro, resultado financeiro e depreciações e amortizações)	Limite Máx. 3,00	-	-	2,47

(2) A dívida do Banco do Brasil foi liquidada em 07 de novembro de 2019

Eletrobrás	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,00	2,26	2,23	2,21

Eletrobrás (3)	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	-	-	2,21

(3) As notas promissórias da 9ª emissão foram liquidadas em 15 de março de 2019.

BNP 4131, Scotiabank 4131, Tokio 4131 (4) e Sumitomo 4131	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,26	2,23	2,21

(4) As A dívida do Tokio foi liquidada em 18 de março de 2021.

Escritura da 5ª, 6ª e 7ª emissão de debêntures	Limite Contratual	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Dívida Financeira Líquida ÷ LAJIDA Ajustado (Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações, provisão para contingências, e provis. para cred. liq. duvidosa)	Limite Máx. 3,50	2,26	2,23	2,21

*Despesa Fin. Líquida = Encargos de Dívida + Variação Monetária - Renda de Aplicações Financeiras

**Dívida Bancária Líquida = Dívida Bancária - Caixa e Equivalente de Caixa - Títulos e Valores Mobiliários - Garantias de Financiamento

A Companhia tem seguido uma estratégia financeira que visa os objetivos principais de: (i) buscar a captação de recursos para financiar parte relevante dos investimentos, em complementação à geração de caixa interna; (ii) equilibrar o custo financeiro total da dívida com um nível de risco financeiro moderado; e (iii) preservar um nível de liquidez que minimize riscos financeiros conjunturais. Considerando o seu perfil de endividamento, a sua capacidade financeira de captação de recursos e de geração de caixa, os diretores entendem que a Companhia não deverá encontrar dificuldades em honrar os seus compromissos financeiros atualmente contratados ou em financiar investimentos futuros.

2021

Ao final do exercício de 2021, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre LAJIDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2021, medindo 2,26, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 5ª, 6ª e 7ª emissão das debêntures e operações de 4131), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, a Companhia mantém índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2021 em 0,26 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.



2020

Ao final do exercício de 2020, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre LAJIDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2020, medindo 2,56, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 5ª, 6ª e 7ª emissão das debentures), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, o índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2020 em 0,15 (versus limite referencial de 0,60). Os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

2019

Ao final do exercício de 2019, o indicador financeiro Dívida Líquida sobre LAJIDA Ajustado (demonstrado na tabela acima), índice que mede a capacidade de pagamento da Companhia, fechou 2019, medindo 2,21, inferior ao seu limite referencial (máximo de 3,5 para a 5ª, 6ª e 7ª emissão das debentures), o que demonstra um perfil de endividamento conservador e capacidade financeira suficiente para honrar com seus compromissos. Adicionalmente, conforme demonstrado pelo índice de alavancagem financeira do contrato de repasse do BNDES (Dívida Bancária Líquida sobre Dívida Bancária Líquida mais Patrimônio Líquido), que fechou 2019 em 0,13 (versus limite referencial de 0,60), os diretores entendem que a Companhia possui nível de endividamento prudente, e portanto, sem problemas para honrar os compromissos financeiros contratados ou para financiar suas operações com mais capital de terceiros no futuro.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

Nos últimos três exercícios sociais (2019, 2020 e 2021), as necessidades de caixa da Companhia compreenderam: (i) pagamento dos custos operacionais; (ii) realização de investimentos; (iii) pagamento de encargos e amortizações de dívidas; e (iv) dividendos aos acionistas.

Neste período, as fontes de liquidez da companhia corresponderam principalmente a: (i) receita do fornecimento de energia elétrica aos clientes; (ii) subvenções dos recursos federais do programa Baixa Renda; (iii) linhas de financiamento para capital de giro, contratadas com diversas entidades financiadoras; e (iv) linhas de financiamento de longo prazo para investimentos correntes (manutenção e expansão).

Os diretores da Companhia esclarecem que os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais têm sido suficientes para a cobertura das necessidades de recursos financeiros, incluindo parte dos investimentos. Todavia, a companhia geralmente busca financiamento por meio de operações bilaterais e operações no mercado de capitais, com a finalidade de financiar sua necessidade de recursos, sobretudo para capital de giro e realização de investimentos.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

No exercício de 2021, foram captados recursos no montante de R\$ 1.869.346 mil para financiar capital de giro, deste montante R\$ 1.158.250 mil foram oriundos de operações bancárias (4131) e R\$ 711.096 mil de operações *intercompany*.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

No exercício de 2020, foram captados recursos no montante de R\$ 500.000 mil oriundos de operações bancárias (4131) para financiar capital de giro. Adicionalmente, foram captados R\$ 663 mil junto ao FINEP para financiar investimentos associados à inovação.



Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

No exercício de 2019, foram captados recursos nos montantes de R\$ 200.000 mil com a emissão de Notas Promissórias, para financiamento de parte do plano de investimentos da Companhia. Foram desembolsados R\$ 79.000 mil junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratados ainda em 2018. Adicionalmente, foram captados R\$ 650.000 mil oriundos do mercado de capitais (debentures) e R\$ 300.000 mil oriundos de operações bancárias (4131) para financiar capital de giro.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

Para eventuais coberturas do caixa, a companhia poderá utilizar-se de contas garantidas mantidas para este fim. Em 2021, estas linhas de back-up financeiro somavam R\$ 80.000 mil. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979 de 11 de dezembro de 2018 no valor de até R\$ 800 milhões, posteriormente ampliado devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, através dos despachos Nº 1.540 de 28 de maio de 2021 (R\$ 600 milhões) e Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021 (R\$ 500 milhões), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

Também para capital de giro, a companhia pode fazer uso de empréstimos bancários de curto/médio prazos, e eventualmente operações no mercado de capitais. Tais opções têm se demonstrado plenamente acessíveis à companhia, em decorrência de seu bom perfil de riscos financeiros.

Para execução de investimentos, a Companhia costuma utilizar financiamentos de longo prazo com instituições financeiras de desenvolvimento, tais como BNDES, BANCO DO NORDESTE e outras entidades de fomento, como ELETROBRÁS e SUDENE, e também a emissão de dívida no mercado de capitais e operações de crédito bilateral de médio prazo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

As informações sobre as operações de empréstimos e financiamentos em moedas nacionais e estrangeiras são:



Saldo das operações financeiras (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Moeda Estrangeira			
União Federal - Bônus de Desconto (a)	6.383	5.946	4.635
União Federal - Bônus ao Par (a)	9.244	8.609	6.686
BNP 4131(e)	-	-	287.277
SCOTIABANK 4131(f)	-	193.489	-
TOKIO 4131(g)	-	165.016	-
TOKIO 4131II (g)	-	55.252	-
SCOTIABANK 4131II (f)	-	166.559	-
SCOTIABANK 4131III (f)	437.719	-	-
BNP 4131II - COELCE (e)	131.752	-	-
BNP 4131III - COELCE (e)	131.557	-	-
SCOTIABANK 4131-COELCE IV (f)	225.533	-	-
Sumitomo 4131-COELCE (j)	280.295	-	-
Total Moeda Estrangeira	1.222.483	584.870	298.598
Moeda Nacional			
Financiamentos	10.651	19.215	42.508
Eletrobrás (b)	3.796	8.233	14.298
BNDES FINAME (Capex 2012 - 2013) (c)	6.190	10.317	14.441
BNDES FINEM (Capex 2012 - 2013) - A (c)	-	-	6.758
BNDES FINEM (Capex 2012 - 2013) - B (c)	-	-	6.760
BNDES FINEM (Capex 2012 - 2013) - F (c)	-	-	251
FINEP (h)	665	665	-
Empréstimos	307.131	352.481	342.742
BNB II (d)	307.131	352.481	342.742
Empréstimos com Partes Relacionadas	727.450	-	-
Enel Finance International N.V. (i)	515.237	-	-
Mútuo Enel BR (k)	212.213	-	-
Total Moeda Nacional	1.045.232	371.696	385.250
Total Moeda Nacional	1.045.232	371.696	385.250
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.267.715	956.566	683.848
Resultado das Operações de Swap	(7.300)	(64.356)	15.399
Total de Empréstimos e Financiamentos	2.260.415	892.210	699.247
Circulante	449.566	573.684	357.517
Não Circulante	1.810.849	318.526	341.730
	2.260.415	892.210	699.247

Características das operações financeiras:

a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) – Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos, dos quais apenas os subcréditos D-Bond (Bônus de Desconto) e P-Bond (Bônus ao Par) ainda estão vigentes com vencimento previsto para 11 de abril de 2024, remunerados a Libor + 1,0125% a.a e 6,2% a.a respectivamente, e ambos com variação cambial em dólares norte-americanos.

b) Eletrobrás - Empréstimos contratados para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos oriundos dos fundos setoriais RGR (Reserva Global de Reversão) e CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Os *covenants* financeiros desses contratos não ensejam vencimento antecipado da obrigação em caso de descumprimento, apenas limita a Companhia a assumir novos compromissos financeiros, sem prévia comunicação ao credor.



c) Repasse BNDES FINEM/FINAME 2012/2013 – Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$ 217.185.448,10, em operação sindicalizada para repasse de recursos das linhas de crédito FINEM (Financiamento a Empreendimentos) e FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos) do BNDES. Tais contratos possuem *covenants* financeiros.

d) BNB II - A Companhia celebrou contratos, em 11 de outubro de 2018, com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de Investimentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) no valor total de R\$ 340.350.914,68.

e) BNP 4131 - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 17 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 300.000.000,00.

BNP 4131 II - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 01 de abril de 2021, no montante de R\$ 135.000.000,00.

BNP 4131 III - Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 01 de abril de 2021, no montante de R\$ 135.000.000,00.

f) SCOTIABANK 4131 – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 07 de janeiro de 2020, no montante de R\$ 150.000.000,00.

SCOTIABANK 4131 II – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 01 de abril de 2020, no montante de R\$ 150.000.000,00.

SCOTIABANK 4131 III – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 06 de janeiro de 2021, no montante de R\$ 400.000.000,00.

SCOTIABANK 4131 IV – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 16 de julho de 2021, no montante de R\$ 210.000.000,00.

g) TOKIO 4131 – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 18 de março de 2020, no montante de R\$ 150.000.000,00.

TOKIO 4131 II – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 18 de março de 2020, no montante de R\$ 50.000.000,00.

h) FINEP - Financiamento para o plano de investimentos da Companhia contratado em 17 de abril de 2020, no montante total de R\$ 663.390,00.

i) Enel Finance International N.V- Operação de *intercompany* contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 02 de março de 2021, no montante de R\$ 500.000.000,00.

j) Sumitomo 4131 – Empréstimo contratado com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinado em 15 de outubro de 2021, no montante de R\$ 278.250.000,00.

k) Mútuos Enel BR - Operações de *intercompany* contratada com o objetivo de cobertura de capital de giro da Companhia assinados em 13 e 20 de dezembro de 2021, no montante de R\$ 211.096.070,87.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:



Curva de Amortização dos Emprést. e Financ. - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
2021	-	-	51.102
2022	-	52.982	49.114
2023	710.996	49.913	45.951
2024	474.090	60.934	53.750
2025	548.550	46.505	42.544
2026	48.550	46.505	-
Após 2026	64.898	62.170	99.269
	1.847.084	319.009	341.730

Debêntures

Saldo das debêntures emitidas (Valores em R\$ mil):

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
1ª Série - 5ª Emissão	175.798	350.410	350.712
2ª Série - 5ª Emissão	187.364	169.107	161.981
1ª Série - 6ª Emissão	40.185	40.049	40.084
2ª Série - 6ª Emissão	331.871	299.529	286.906
1ª Série - 7ª Emissão	357.819	352.456	355.632
2ª Série - 7ª Emissão	369.240	333.222	319.328
(-) Custo de transação	-8.324	-11.190	-14.056
Total sem efeito de swap	1.453.953	1.533.583	1.500.587
Resultado das operações de swap	-	-	-
Total de debêntures	1.453.953	1.533.583	1.500.587

Características de emissões:

Características	5ª Emissão 1ª Série	5ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	150.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de dezembro de 2017	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2021	15 de dezembro de 2023
Vencimento final	15 de dezembro de 2022	15 de dezembro de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,80% a.a	IPCA + 6,0013% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	2 parcelas	2 parcelas
Data das amortizações	2021 e 2022	2023 e 2024



Características	6ª Emissão 1ª Série	6ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	40.000 debêntures simples	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000	R\$ 1.000
Data de emissão	15 de junho de 2018	15 de junho de 2018
Vencimento inicial	15 de junho de 2023	15 de junho de 2024
Vencimento final	15 de junho de 2023	15 de junho de 2025
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,95% a.a	IPCA + 6,1965% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortizações	Parcela única	2 parcelas
Data das amortizações	2023	2024 e 2025

Características	7ª Emissão 1ª Série	7ª Emissão 2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	300.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
Data de emissão	15 de março de 2019	15 de março de 2019
Vencimento Inicial	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Vencimento Final	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	100% CDI + 0,50% a.a	IPCA + 4,50% a.a
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	2 parcelas	Parcela única
Data das amortizações	2022 e 2023	2024

5ª Emissão

A 5ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2017, com 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 500.000.0000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 (trezentos e cinquenta mil) debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI mais 0,80% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de dezembro de 2021 e 15 de dezembro de 2022.

A segunda série foi emitida com 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,0013% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de dezembro de 2023 e 15 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2017, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos,



despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Emissora nos anos de 2016, 2017 e 2018.

6ª Emissão

A 6ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de junho de 2018, com 310.000 (trezentas e dez mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 310.000.0000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 40.000 (quarenta mil) debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da primeira série, 15 de junho de 2023.

A segunda série foi emitida com 270.000 (duzentos e setenta mil) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,1965% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de junho de 2024 e 15 de junho de 2025.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de abril de 2018, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Emissora ao longo do ano de 2017.

7ª Emissão

A 7ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de março de 2019, com 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 na data de emissão, no montante total de R\$ 650.000.0000, colocadas através de oferta pública de distribuição.

A primeira série foi emitida com 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures, sem correção monetária, com remuneração de 100% do CDI mais 0,50% a.a., exigíveis semestralmente, e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de março de 2022 e 15 de março de 2023.

A segunda série foi emitida com 300.000 (trezentas mil) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 4,50% a.a., exigíveis anualmente, e amortizadas em uma única parcela, na data de vencimento da segunda série, 15 de março de 2024.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de fevereiro de 2019, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tinha como objetivo reforçar o capital de giro da Companhia, bem como o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionadas a projetos de investimentos da Emissora.

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Curva de Amortização das Debêntures - LP (R\$ Mil)	Exercício findo em31/12/2021	Exercício findo em31/12/2020	Exercício findo em31/12/2019
2021	-	-	171.385
2022	-	344.269	346.385
2023	323.530	327.594	297.973
2024	624.880	536.712	531.796
2025	134.213	134.438	134.438
2026	-	-	-
Após 2026	-	-	-
	1.082.623	1.343.012	1.481.977



Composição dos empréstimos e financiamentos e debêntures, por tipo de moeda e indexador:

Empréstimo, Financiamento e Debêntures - Custo (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	%	Exercício findo em 31/12/2020	%	Exercício findo em 31/12/2019	%
Moeda nacional						
Taxa Fixa	36.099	1,0%	10.824	0,4%	23.556	1,1%
TJLP	665	0,0%	665	0,0%	13.767	0,6%
Selic	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
CDI	2.483.939	66,9%	1.254.017	51,7%	1.046.917	47,6%
TR	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
IPCA	1.187.282	32,0%	1.154.339	47,6%	1.110.958	50,5%
Libor	6.383	0,2%	5.948	0,3%	4.635	0,3%
Total	3.714.368	100,0%	2.425.793	100,00%	2.199.833	100,00%

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia mantém contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo com os bancos ITAÚ BBA e SANTANDER, (sindicato de repasse BNDES), Scotiabank, BNP e Sumitomo (operações de 4131) e BANCO DO NORDESTE. Diversos outros bancos, nacionais e estrangeiros, mantém contatos frequentes com a Companhia, a maioria dos quais com limites de crédito abertos, ou com a perspectiva firme de aprovação de limites de crédito, para a realização de operações de crédito, operações de hedge ou emissão de garantias. A Companhia possui relacionamento de longo prazo com diversas instituições financeiras, na parte de serviços bancários, incluindo contratos de arrecadação de faturas de energia e sistemas de pagamento, emissão de fianças bancárias e também para a realização de investimentos financeiros (disponibilidades de caixa), incluindo fundos de investimentos, sempre com perfil de baixo risco e de alta liquidez.

iii. grau de subordinação entre as dívidas;

A Diretoria entende que não há condição de subordinação entre as dívidas vigentes na Companhia nos últimos três exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Entretanto, a Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, sendo que em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as garantias reais eram compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios (recebíveis) para financiamentos do BNDES, da Eletrobrás, do Banco do Nordeste e da União Federal.

Em eventual concurso universal de credores, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a subordinação entre as obrigações registradas no passível exigível acontecerá de acordo com a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que atualmente compõe a seguinte ordem de preferência: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) crédito quirografários; (vi) créditos subordinados; e (viii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições;

Os contratos financeiros da Companhia possuem restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:



A Companhia mantém contratos de financiamento e escritura de emissão de debêntures com estabelecimento de covenants financeiros, conforme descrito no item 10.1c desse formulário, a saber: Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA $\leq 3,5$ - para as debêntures da 5ª, 6ª e 7ª Emissão; Dívida Bancária Líquida ÷ LAJIDA $\leq 3,5$; Dívida Bancária Líquida ÷ (Dívida Bancária Líquida + PL) $\leq 0,6$ – para Contrato de Repasse BNDES); Dívida Financeira Líquida ÷ EBITDA $\leq 3,5$ - para operações de 4131 com Scotiabank, BNP e Sumitomo.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Pelos contratos de financiamento com Banco do Nordeste (BNB) e Eletrobrás, há possíveis restrições quanto a distribuição de dividendos em caso de default pecuniário com estes contratos.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. Nos contratos BNB e com recursos de repasse BNDES, há obrigação da anuência prévia ao credor para eventos de mudança do controle acionário da Companhia, assim como nas debêntures, em casos específicos.

- Vencimento antecipado cruzado (cross acceleration):

Os principais contratos de financiamento de longo prazo da Companhia contêm cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross acceleration), de modo que o vencimento antecipado de um dos contratos poderá acarretar a antecipação do vencimento de outros contratos.

- Protesto de Títulos:

A maioria dos contratos restringe a emissão de títulos protestados contra a companhia, cujos valores ultrapassem os limites estabelecidos nos referidos contratos e que não sejam resolvidos dentro dos prazos permitidos.

Até esta data, a Companhia não havia descumprido nenhum dos índices econômico-financeiros (covenants financeiros) mencionados acima, nem apresenta risco de descumprimento. Adicionalmente, não há registro de qualquer default contratual por parte da Companhia. A Coelce monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. Os Diretores entendem que as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.



g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados;

Financiamentos e empréstimos de longo prazo contratados com percentuais utilizados nos três últimos exercícios sociais (2021, 2020 e 2019):

Contratos	Objeto	Valor Total (R\$ mil)	Plano de Investimento	Data de contratação	Desembolso em 2019	Desembolso em 2020	Desembolso em 2021	Desembolso total	Garantias
Financiamentos									
BNDES (Capex 2012-2013)**	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	28/08/2013	0%	0%	0%	89%	Receíveis
Eletrobras**	Luz Para Todos	134.085	2004	03/03/2000	0%	0%	0%	86%	Receíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE**	FNE/PROINFRA	106.187	2011	29/12/2004	0%	0%	0%	100%	Receíveis, fiança bancária e conta reserva
Finep	Financiamento do CAPEX	663	-	17/04/2020	0%	100%	0%	100%	Fiança bancária
Empréstimos									
Bônus de Desconto e Bônus ao Par**	Refinanciamento dívida	*3.001	-	17/08/1997	0%	0%	0%	100%	Receíveis e conta reserva
BNB II	Financiamento de projetos de ampliação e modernização	340.351	2018/2019	29/03/2018	23%	0%	0%	100%	Fiança bancária, conta reserva, cessão fiduciária e avalista Enel Brasil
BNP 4131	Capital de giro	300.000	-	17/12/2019	100%	0%	0%	100%	-
Scotiabank 4131	Capital de giro	150.000	-	07/01/2020	0%	100%	0%	100%	-
Tokio 4131	Capital de giro	150.000	-	18/03/2020	0%	100%	0%	100%	-
Tokio 4131 II	Capital de giro	50.000	-	18/03/2020	0%	100%	0%	100%	-
Scotiabank 4131 II	Capital de giro	150.000	-	01/04/2020	0%	100%	0%	100%	-
Scotiabank 4131 III	Capital de giro	400.000	-	06/01/2021	0%	0%	100%	100%	-
EFI - Credit Agreement	Capital de giro	500.000	-	02/03/2021	0%	0%	100%	100%	-
BNP 4131 II	Capital de giro	135.000	-	01/04/2021	0%	0%	100%	100%	-
BNP 4131 III	Capital de giro	135.000	-	01/04/2021	0%	0%	100%	100%	-
Scotiabank 4131 IV	Capital de giro	210.000	-	16/07/2021	0%	0%	100%	100%	-
Sumitomo 4131	Capital de giro	278.250	-	15/10/2021	0%	0%	100%	100%	-
Mútuo Enel BR I	Capital de giro	190.971	-	13/12/2021	0%	0%	100%	100%	-
Mútuo Enel BR II	Capital de giro	20.125	-	20/12/2021	0%	0%	100%	100%	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

** Recursos liberados e utilizados em exercícios anteriores a 2016

Os financiamentos contratados especificados na tabela acima (em R\$ mil) tiveram seus recursos liberados, nos respectivos períodos demonstrados, com o objetivo de financiar projetos de investimentos relacionados a conexão de novos clientes, expansão da rede elétrica no Estado do Ceará, melhoria da qualidade do serviço e combate ao furto e perdas de energia. Os percentuais não liberados relativos a BNDES e Eletrobras refere-se a investimentos descritos inicialmente no plano de investimentos da Companhia, cuja execução não foi realizada em decorrência da substituição por outros projetos prioritários não contidos no projeto de financiamento ou por adiamento no prazo de execução dos projetos, o que tornou inviável a comprovação do investimento para permitir a liberação dos recursos por parte dos financiadores dentro dos prazos estabelecidos.

Os Diretores esclarecem que os empréstimos captados foram utilizados para financiar capital de giro e, eventualmente, refinar dívidas com vencimentos no curto prazo.

Exercício social findo em 31/12/2021

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 1.869 milhões de operações para financiar capital de giro, deste montante R\$ 1.158 milhões foram oriundos de operações bancárias (4131) e R\$ 711 milhões de operações *intercompany*.

Exercício social findo em 31/12/2020

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 500 milhões de operações bancárias (4131) com o objetivo de cobertura de capital de giro. Além disso, a Companhia desembolsou R\$ 663 mil em operação subsidiada junto ao FINEP com o intuito de financiar projetos de investimentos ligados à inovação.

Exercício social findo em 31/12/2019

Neste exercício, a Companhia desembolsou R\$ 1.229 bilhão de recursos contratados junto aos bancos, sendo R\$ 79 milhões no BNB e R\$ 200 milhões no Itaú – Notas Promissórias, para financiar investimentos realizados pela Companhia, principalmente, na conexão de novos clientes, ampliação e modernização da rede elétrica, dentre outros projetos. Além disso, a Companhia desembolsou mais R\$ 650 milhões de recursos oriundos do mercado de capitais (debentures) e mais R\$ 300 milhões de operações bancárias (4131) com o objetivo de cobertura de capital de giro.



h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS - ATIVO
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Vertical		Análise Horizontal	
	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2019	%	2021 vs. 2020	2020 vs. 2019
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	204.316	2%	166.015	2%	91.605	1%	23%	81%
Títulos e valores mobiliários	80.648	1%	92.376	1%	77.033	1%	-13%	20%
Consumidores e outras contas a receber	1.606.490	14%	1.409.635	15%	1.267.726	15%	14%	11%
Ativo financeiro setorial	392.593	3%	-	0%	61.272	1%		-100%
Subvenção CDE - desconto tarifário	78.011	1%	17.079	0%	324.760	4%	357%	-95%
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	136.426	1%	112.810	1%	13.348	0%	21%	745%
Outros tributos compensáveis	576.250	5%	401.330	4%	172.720	2%	44%	132%
Serviço em curso	61.206	1%	79.108	1%	43.583	1%	-23%	82%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	0%	65.114	1%	-	0%	-100%	
Outros créditos	172.038	2%	83.419	1%	107.681	1%	106%	-23%
Total do ativo circulante	3.307.978	29%	2.426.886	26%	2.159.728	25%	36%	12%
Não circulante								
Consumidores e outras contas a receber	115.421	1%	75.431	1%	26.694	0%	53%	183%
Ativo financeiro setorial	126.078	1%	-	0%	12.268	0%	-	-100%
Depósitos vinculados a litígios	48.798	0%	47.676	1%	47.548	1%	2%	0%
Cauções e depósitos	31.101	0%	28.583	0%	23.963	0%	9%	19%
Outros tributos compensáveis	654.499	6%	1.070.993	11%	1.425.147	16%	-39%	-25%
Serviço em curso	-	0%	-	0%	28.060	0%		-100%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	43.594	0%	483	0%	-	0%	8926%	
Tributos diferidos	52.077	0%	32.142	0%	35.038	0%	62%	-8%
Benefício fiscal	21.042	0%	25.520	0%	30.686	0%	-18%	-17%
Ativo indenizável (concessão)	3.912.580	35%	3.026.407	32%	2.372.127	27%	29%	28%
Imobilizado	80.146	1%	43.564	0%	51.368	1%	84%	-15%
Intangível	1.969.650	18%	2.007.919	21%	1.931.022	22%	-2%	4%
Ativos contratuais	874.887	8%	580.780	6%	521.057	6%	51%	11%
Total do ativo não circulante	7.929.873	71%	6.939.498	74%	6.504.978	75%	14%	7%
Total do ativo	11.237.851	100%	9.366.384	100%	8.664.706	100%	20%	8%
	-		-		-			



COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS - PASSIVO
 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	Análise Vertical %	31/12/2020	Análise Vertical %	31/12/2019	Análise Vertical %	Análise Horizontal	
							2021 vs. 2020	2020 vs. 2019
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	1.410.469	13%	1.024.557	11%	866.723	10%	38%	18%
Empréstimos e financiamentos	420.631	4%	637.557	7%	342.118	4%	-34%	86%
Obrigações por arrendamentos	14.200	0%	2.944	0%	7.784	0%	382%	-62%
Debêntures	371.330	3%	190.570	2%	18.610	0%	95%	924%
Passivo financeiro setorial	-		81.677		-		-100%	
Salários, provisões e encargos sociais	48.028	0%	59.325	1%	42.489	0%	-19%	40%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16.284		71.110		17.950		-77%	296%
Outras obrigações fiscais	233.208	2%	167.167	2%	167.970	2%	40%	0%
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	473.748	4%	317.774	3%	102.703	1%	49%	209%
Dividendos a pagar	271.179	2%	130.276	1%	83.283	1%	108%	56%
Encargos setoriais	98.371	1%	91.892	1%	341.208	4%	7%	-73%
Benefícios pós-emprego	1.338	0%	1.530	0%	2.284	0%	-13%	-33%
Provisões para processos judiciais e outros riscos	295		-		-			
Instrumentos financeiros derivativos - swap	28.935	0%	1.241	0%	15.399	0%	2232%	-92%
Outras obrigações	170.922	2%	98.070	1%	41.175	0%	74%	138%
Total do ativo circulante	3.558.938	32%	2.875.690	31%	2.049.696	24%	24%	40%
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	1.847.084	16%	319.009	3%	341.730	4%	479%	-7%
Debêntures	1.082.623	10%	1.343.013	14%	1.481.977	17%	-19%	-9%
Obrigações por arrendamentos	6.386	0%	1.325	0%	3.242	0%	382%	-59%
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	997.855	9%	1.128.538	12%	1.318.164	15%	-12%	-14%
Passivo financeiro setorial	-	0%	127.543	1%	-	0%	-100%	
Outras obrigações fiscais	1.169	0%	3.488	0%	5.798	0%	-66%	-40%
Encargos setoriais	8.036	0%	16.820	0%	72.327	1%	-52%	-77%
Benefícios pós-emprego	87.977	1%	110.398	1%	94.773	1%	-20%	16%
Provisão para processos judiciais e outros	245.047	2%	194.529	2%	175.042	2%	26%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	7.359	0%	-	0%	-	0%		
Outras obrigações	8.022	0%	15.483	0%	7.906	0%	-48%	96%
Total do passivo não circulante	4.291.558	38%	3.260.146	35%	3.500.959	40%	32%	-7%
Patrimônio líquido								
Capital social	914.346	8%	892.246	10%	808.246	9%	2%	10%
Reservas de capital	358.671	3%	358.671	4%	358.671	4%	0%	0%
Reservas de lucros	1.893.069	17%	1.871.325	20%	1.864.804	22%	1%	0%
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	(6.249)	0%	(1.402)	0%	(341)	0%	346%	311%
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	227.518	2%	109.708	1%	82.671	1%	107%	33%
Total do patrimônio líquido	3.387.355	30%	3.230.548	34%	3.114.051	36%	5%	4%
Total do passivo e patrimônio líquido	11.237.851	100%	9.366.384	100%	8.664.706	100%	20%	8%
	-		-		-			

Abaixo, os diretores comentam as variações significativas das contas patrimoniais.

Variações patrimoniais: 2021 versus 2020

Ativo Circulante (Caixa e equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 204.316 mil) sofreu um aumento de R\$ 38.301 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 166.015 mil). Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em linha de crédito bancária para uso em eventual necessidade imediata de caixa. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.



Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2021, esta conta totalizou R\$ 78.011 mil, uma diminuição de R\$ 60.932 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 17.079 mil). A variação é decorrente, principalmente, de:

O Ministério de Minas e Energia instituiu o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. Como o bônus concedido será ressarcido por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, a Companhia constituiu um contas a receber e uma obrigação (rubrica de outras obrigações) no mesmo valor de R\$ 69.793.

Ativo Não Circulante (Tributos a Compensar):

A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 473.748 no curto prazo e R\$ 571.894 no longo prazo em 31 de dezembro de 2021.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

Ativo/Passivo Circulante e Não Circulante (Ativos/passivos financeiros setoriais):

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros setoriais totalizaram R\$ 518.671 mil, um aumento de R\$ 727.891 mil em relação a 31 de dezembro de 2020. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Ativo não Circulante (Cauções e depósitos):

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando relativo a Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). O aumento verificado foi decorrente de atualização dos saldos aplicados dessas garantias em fundo de investimentos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 3.912.580 mil, um aumento de R\$ 886.173 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.026.407 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 556.397 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 328.258 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos Contratuais):

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 3,31% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 4,46 %a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Passivo Circulante (PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores):

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.



A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Em 17 de março a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2021 o montante compensado de R\$ 290.130, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

Passivo Circulante e Não Circulante (Encargos setoriais):

A redução foi de R\$ 2.305 mil entre os períodos analisados.

O encargo de CDE (conta de desenvolvimento econômico) tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 324.227, referente a valores em aberto do período de novembro de 2014 a maio de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante total de R\$ 311.830. O montante de R\$ 12.400, que corresponde à reversão da atualização não reconhecida do ativo na referida decisão, foi registrado no resultado financeiro.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos e Debêntures):

O aumento observado entre 2020 e 2019 no valor de R\$ 1.231.519 mil deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 1.870.050 mil), em conjunto com a provisão de encargos de R\$ 51.469 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 693.865 milhões e R\$ 31.637 milhões.

Passivo Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações



prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Não Circulante (Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas):

O aumento de R\$ 50.518 mil observado no ano de 2021 se deu, basicamente, pelas atualizações de novos processos.

Patrimônio líquido:

Capital social

Em 26 de abril de 2021 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 22.100, via capitalização de reservas, sem emissão de ações.

Variações patrimoniais: 2020 versus 2019

Ativo Circulante (Caixa e equivalentes de caixa):

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 166.015 mil) sofreu um aumento de R\$ 74.410 mil quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 91.605 mil).

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em linha de crédito bancária para uso em eventual necessidade imediata de caixa. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Ativo Circulante (Subvenção CDE - desconto tarifário):

Esta subvenção refere-se ao valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em 31 de dezembro de 2020, esta conta totalizou R\$ 17.079 mil, uma diminuição de R\$ 307.681 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 324.760 mil). A variação é decorrente, principalmente, de:

No ano anterior, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 324.227, referente a valores em aberto do período de novembro de 2014 a maio de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante total de R\$ 311.830. O montante de R\$ 12.400, que corresponde à reversão da atualização não reconhecida do ativo na referida decisão, foi registrado no resultado financeiro.

Ativo Não Circulante (Tributos a Compensar):

A Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, e por possuir ação judicial transitada e julgada em abril de 2019, possui ativo de PIS e de COFINS sobre ICMS a recuperar de R\$ 317.773 no curto prazo e R\$ 992.192 no longo prazo em 31 de dezembro de 2020.

Por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia adotará os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.



Ativo/Passivo Circulante e Não Circulante (Ativos/passivos financeiros setoriais):

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros setoriais totalizaram R\$ -209.220 mil, uma redução de R\$ 282.760 mil em relação a 31 de dezembro de 2019. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

A Companhia recebeu nos meses de julho a novembro de 2020 o montante de R\$ 452.942 referente a conta – COVID, correspondendo a antecipação dos componentes financeiros relativos a sobrecontratação, CVA em constituição e neutralidade de encargos setoriais. O referido montante foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, conforme detalhado na movimentação apresentada nesta respectiva nota. Os montantes recebidos da conta – COVID estão sendo atualizados pela taxa Selic.

Ativo não Circulante (Cauções e depósitos):

A Companhia possui saldos de caução e depósito considerando relativo a Garantia de leilões de energia (Bradesco), Garantia de Dívidas (BNB) e Garantias da concessão (Banco do Brasil). O aumento verificado foi decorrente de atualização dos saldos aplicados dessas garantias em fundo de investimentos.

Ativo Não Circulante (Ativo indenizável - concessão):

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos indenizáveis da concessão do ativo não circulante totalizaram R\$ 3.026.407 mil, um aumento de R\$ 654.280 mil em relação a 31 de dezembro de 2019 (R\$ 2.372.127 mil). Esta variação foi decorrente, principalmente, do efeito de R\$ 528.547 mil de transferências do ativo intangível e R\$ 125.733 mil de marcação a mercado do ativo indenizável.

Ativo Não Circulante (Ativos Contratuais):

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura registrada no ativo contratual, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 4,46% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 9,37%a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Circulante (PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores):

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui uma ação judicial e foi cientificada em abril de 2019 do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.309.965 e passivo que atualizado corresponde ao montante de R\$ 1.446.312 (vide nota 9), por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais.

O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A partir de maio de 2019, em conformidade com a decisão transitada em julgado, a Companhia passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.



Em 17 de março a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$165.863, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

Passivo Circulante e Não Circulante (Encargos setoriais):

A redução de R\$ 304.823 mil entre os períodos analisados.

O encargo de CDE (conta de desenvolvimento econômico) tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava saldo de R\$ 324.227, referente a valores em aberto do período de novembro de 2014 a maio de 2017 (Resoluções Homologatórias nos 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), objetos de compensação integral com valores devidos à Eletrobras/CCEE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 8 de julho de 2015, posteriormente convertida em sentença. Em 2020, após decisão transitada em julgado, a qual permitiu compensação dos referidos montantes (ativo e passivo), a Companhia efetuou a compensação dos saldos do ativo e passivo circulantes no montante total de R\$ 311.830. O montante de R\$ 12.400, que corresponde à reversão da atualização não reconhecida do ativo na referida decisão, foi registrado no resultado financeiro.

Passivo Circulante e Não Circulante (Empréstimos e financiamentos e Debêntures):

O aumento observado entre 2020 e 2019 no valor de R\$ 305.714 mil deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 533 milhões), em conjunto com a provisão de encargos de R\$ 29.095 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 427.269 milhões e R\$ 20.469 milhões.

Passivo Não Circulante (Obrigações por arrendamentos):

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Passivo Não Circulante (Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas):

O aumento de R\$ 19.487 mil observada no ano de 2020 se deu, basicamente, pela a reversão de causas cíveis e atualizações de novos processos.



Patrimônio líquido:

Capital social

Em 28 de abril de 2020 foi realizado o aumento de capital no montante de R\$ 84.000, via capitalização de reservas, sem emissão de ações.

A seguir, os diretores comentam as variações significativas das contas de resultado.

Demonstrativo de Resultado Análise Vertical e Horizontal	Exercício findo em 31/12/2021		Exercício findo em 31/12/2020		Exercício findo em 31/12/2019		Var. % 2021 x 2020	Var. % 2020 x 2019
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%		
Receita Operacional	12.139.898	100,00%	8.438.885	100,00%	7.838.130	100,00%	43,86%	7,66%
Fornecimento de energia elétrica	7.974.895	65,69%	6.178.938	73,22%	6.111.148	77,97%	29,07%	1,11%
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.455.569	11,99%	264.818	3,14%	62.165	0,79%	449,65%	325,99%
Subvenção Baixa Renda	205.934	1,70%	259.302	3,07%	190.385	2,43%	-20,58%	36,20%
Subvenção CDE - Desconto tarifário	250.764	2,07%	256.747	3,04%	262.949	3,35%	-2,33%	-2,36%
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	366.206	3,02%	255.974	3,03%	235.744	3,01%	43,06%	8,58%
Receita de Construção	1.157.874	9,54%	969.072	11,48%	732.765	9,35%	19,48%	32,25%
Venda de Energia Excedente - MVE	248.579	2,05%	11.466	0,14%	129.877	1,66%	2067,97%	n/a
Marcação a mercado de ativo indenizável	328.258	2,70%	125.733	1,49%	-	0,00%	161,08%	n/a
Outras Receitas	151.819	1,25%	116.835	1,38%	113.097	1,44%	29,94%	3,31%
Deduções da Receita	-4.030.391	-33,20%	-2.445.821	-28,98%	-2.461.053	-31,40%	64,79%	-0,62%
ICMS	-2.022.316	-16,66%	-1.551.772	-18,39%	-1.533.083	-19,56%	30,32%	1,22%
COFINS	-677.160	-5,58%	-469.474	-5,56%	-476.269	-6,08%	44,24%	-1,43%
PIS	-147.015	-1,21%	-101.925	-1,21%	-103.401	-1,32%	44,24%	-1,43%
Programa de eficiência energética e P&D	-65.317	-0,54%	-48.173	-0,57%	-45.721	-0,58%	35,59%	5,36%
Encargo CDE e outros encargos	-357.695	-2,95%	-201.879	-2,39%	-293.252	-3,74%	77,18%	-31,16%
Outros impostos e contribuições a receita	-14.080	-0,12%	-11.663	-0,14%	-9.327	-0,12%	20,72%	25,05%
Encargos do consumidor - CCRBT	-746.808	-6,15%	-60.935	-0,72%	-	0,00%	1125,58%	n/a
Receita Operacional Líquida	8.109.507	66,80%	5.993.064	71,02%	5.377.077	68,60%	35,31%	11,46%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	-7.190.312	-59,23%	-5.474.042	-64,87%	-4.863.563	-62,05%	31,35%	12,55%
Custos e despesas não gerenciáveis	-4.623.550	-38,09%	-3.319.141	-39,33%	-3.156.927	-40,28%	39,30%	5,14%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.650.748	-30,07%	-2.914.038	-34,53%	-2.875.370	-36,68%	25,28%	1,34%
Encargos do uso do sistema de transmissão	-972.802	-8,01%	-405.103	-4,80%	-281.557	-3,59%	140,14%	43,88%
Custos e despesas gerenciáveis	-2.566.762	-21,14%	-2.154.901	-25,54%	-1.706.636	-21,77%	19,11%	26,27%
Pessoal	-175.832	-1,45%	-166.529	-1,97%	-163.443	-2,09%	5,59%	1,89%
Material e Serviços de Terceiros	-580.948	-4,79%	-452.229	-5,36%	-388.257	-4,95%	28,46%	16,48%
Depreciação e Amortização	-316.298	-2,61%	-290.723	-3,45%	-250.350	-3,19%	8,80%	16,13%
Custos de Desativação de Bens	1	0,00%	-24.746	-0,29%	-28.305	-0,36%	-100,00%	-12,57%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-188.552	-1,55%	-81.540	-0,97%	-42.918	-0,55%	131,24%	89,99%
Perda de recebíveis de clientes	-62.978	-0,52%	-40.917	-0,48%	-28.910	-0,37%	53,92%	41,53%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-19.700	-0,16%	-28.684	-0,34%	-22.301	-0,28%	-31,32%	28,62%
Custo de Construção	-1.157.874	-9,54%	-969.072	-11,48%	-732.765	-9,35%	19,48%	32,25%



Outras Despesas Operacionais	-106.656	-0,88%	-126.551	-1,50%	-33.214	-0,42%	-15,72%	281,02%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	42.075	0,35%	26.090	0,31%	34.171	0,44%	61,27%	-23,65%
EBITDA	1.235.493	10,18%	809.745	9,60%	763.864	9,75%	52,58%	6,01%
Resultado do Serviço	919.195	7,57%	519.022	6,15%	513.514	6,55%	77,10%	1,07%
Resultado Financeiro	-269.026	-2,22%	-150.345	-1,78%	-71.931	-0,92%	78,94%	109,01%
Receita Financeira	470.859	3,88%	220.534	2,61%	170.413	2,17%	113,51%	29,41%
Renda de aplicação financeira	7.026	0,06%	6.102	0,07%	13.145	0,17%	15,14%	-53,58%
Juros e atualização monetária sobre impuntualidade de clientes	78.542	0,65%	63.502	0,75%	31.239	0,40%	23,68%	103,28%
Receita de ativo indenizável	-	0,00%	-	0,00%	97.178	1,24%	n/a	n/a
Reversão de atualização de CDE	-	0,00%	-12.400	-0,15%	-	0,00%	n/a	n/a
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	57236	0,47%	6.591	0,08%	-	0,00%	768,40%	n/a
Variações monetárias de dívida	3.962	0,03%	5.304	0,06%	1.497	0,02%	-25,30%	254,31%
Variação cambial da dívida	113.903	0,94%	99	0,00%	13.819	0,18%	114953,54%	-99,28%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/sw ap	194.984	1,61%	145.440	1,72%	5.267	0,07%	34,06%	2661,34%
Outras receitas financeiras	23.112	0,19%	9.561	0,11%	9.698	0,12%	141,73%	-1,41%
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-7.906	-0,07%	-3.665	-0,04%	-1.430	-0,02%	115,72%	156,29%
Despesas financeiras	-739.885	-6,09%	-370.879	-4,39%	-242.344	-3,09%	99,49%	53,04%
Variações monetárias de Dívida	-117.953	-0,97%	-44.937	-0,53%	-34.535	-0,44%	162,49%	30,12%
Variação cambial de dívidas	-203.794	-1,68%	-146.614	-1,74%	-	0,00%	39,00%	n/a
Encargos de Dívidas	-134.038	-1,10%	-96.434	-1,14%	-129.593	-1,65%	38,99%	-25,59%
Encargos fundo de pensão	-6.788	-0,06%	-6.143	-0,07%	-9.067	-0,12%	10,50%	-32,25%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-38.194	0,00%	-	0,00%	-3.057	-0,04%	n/a	n/a
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-59.673	-0,49%	-26.770	-0,32%	-14.451	-0,18%	122,91%	85,25%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/sw ap - Marcação a mercado	-	0,00%	-	0,00%	-1.669	-0,02%	n/a	n/a
Instrumento financeiro derivativo - hedge/sw ap - Variação cambial	-114.382	-0,94%	-105	0,00%	-13.029	-0,17%	108835,24%	-99,19%
Instrumento financeiro derivativo - hedge/sw ap - Juros	-34.766	-0,29%	-3.984	-0,05%	-6.586	-0,08%	772,64%	-39,51%
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	295	0,00%	795	0,01%	10.252	0,13%	-62,89%	-92,25%
Atualização de Impostos, P&D/PEE	-6.964	-0,06%	-5.092	-0,06%	-10.702	-0,14%	36,76%	-52,42%
IOF/IOC	-1.130	-0,01%	-774	-0,01%	-192	0,00%	45,99%	303,13%
Apropriação custo de transação	-2.864	-0,02%	-2.866	-0,03%	-2.588	-0,03%	-0,07%	10,74%
Comissão de fiança e seguro garantia	-4.731	-0,04%	-8.135	-0,10%	-6.554	-0,08%	-41,84%	24,12%
Custos pré-pagamento - BNDES	-	0,00%	-	0,00%	-2.347	-0,03%	n/a	n/a
Outras despesas financeiras	-14.903	-0,12%	-29.820	-0,35%	-18.226	-0,23%	-50,02%	63,61%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	650.169	5,36%	368.677	4,37%	441.583	5,63%	76,35%	-16,51%
Tributos e Outros	-161.582	-1,33%	-103.496	-1,23%	-87.022	-1,11%	56,12%	18,93%
IR e CSLL	-195.197	-1,61%	-149.576	-1,77%	-161.294	-2,06%	30,50%	-7,26%
Incentivo fiscal SUDENE	33.615	0,28%	46.080	0,55%	74.272	0,95%	-27,05%	-37,96%
Lucro Líquido do Período	488.587	4,02%	265.181	3,14%	354.561	4,52%	84,25%	-25,21%



Comparativo do Resultado de 2021 x 2020

A Companhia encerrou 2021 com 4.403.603 unidades consumidoras (“consumidores”), 1,9% superior em relação à quantidade de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 573,5 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2021 apresentou um aumento de 1.176 GWh em relação ao ano de 2020, é explicado, principalmente, pelo aumento no número de clientes e do consumo devido a retomada das atividades econômicas com o fim do *lockdown*. Entre as classes, destacam-se o aumento do consumo nas classes residencial convencional, principalmente pelo aumento no número de clientes e setor público, devido a reabertura de órgão e instituições públicas, tais como colégios, creches etc.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou um crescimento de 6,8%, justificado principalmente pelo aumento no número de clientes e do consumo devido a retomada das atividades econômicas com o fim do *lockdown*.

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. As melhorias observadas nos indicadores de qualidade durante o ano de 2021 são resultantes de um plano de ação estabelecido em conjunto com o regulador no final de 2020 que tem como objetivo diminuir as incidências nas redes de média e baixa tensão. O indicador DEC fechou 2020 em 12,02 (16,51 em 2020) enquanto o FEC encerrou o ano em 5,12 (6,30 em 2020).

A Companhia investiu R\$ 267,3 milhões no acumulado do ano, com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,32% em 2021, permanecendo estável em relação às perdas registradas em 2020, de 16,30%. Desde 2020, o nível de perdas tem sido impactado pela pandemia do Covid-19 e a crise hídrica, onde observa-se deterioração das condições econômicas para o consumidor e aumento na identificação de irregularidades. A piora no índice de perdas também é reflexo da adequação dos períodos de faturamento dos clientes de média e alta tensão para o período civil de cada mês, a fim de atender a resolução 863/ANEEL.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes às principais variações ocorridas entre 2021 e 2020.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia incrementou R\$ 3,7 bilhões em relação ao ano de 2020. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2021, alcançou o montante de R\$ 11,0 bilhões, o que representa um aumento de 47,0% (R\$ 3,5 bilhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,5 bilhões. Um fator não recorrente que contribuiu parcialmente com essa melhora foi a reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável que até o 3T21 era lançada como Receita Financeira. Reclassificação originalmente autorizada em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado em nota explicativa seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23. A contabilização do ativo financeiro está diretamente ligada à atividade principal da Companhia e por essa razão, após análise detalhada, a Companhia entendeu que todas as receitas e atualizações monetárias relacionadas a tais ativos devem passar a ser contabilizadas como Receita Operacional. Esta rubrica totalizou R\$ 328,2 milhões no 2021, representando uma melhora de R\$ 202,5 milhões em comparação com 2020. Além desta razão, o aumento da receita operacional bruta é resultado dos seguintes efeitos:

- Aumento de R\$ 1,8 bilhão na rubrica de Fornecimento de Energia Elétrica em relação a 2020, como resultado, principalmente, do maior volume de energia distribuída no período (12.916 GWh no 2021 vs. 11.740 GWh no 2020) além do reajuste médio tarifário de 8,54% aplicado a partir de abril de 2021 e o efeito da implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto;
- Aumento de R\$ 1,2 bilhão na rubrica de ativo e passivo financeiro setorial, decorrente da maior constituição de ativo regulatório no período entre períodos;
- Aumento de R\$ 237,1 milhões na receita oriunda da venda de energia excedente (MVE), em razão, da



- Companhia, no 2021, ter participado do mecanismo em maior volume; e
- Aumento de R\$ 110,2 milhões na receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda), impactado sobretudo pelos efeitos da pandemia.

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2021 totalizaram R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 2,4 bilhões em 2020, aumento de 64,8% ou R\$ 1,6 bilhões, resultado, sobretudo, do aumento dos tributos, conforme detalhado abaixo:

- Aumento de 34,0% (R\$ 724,6 milhões) no total de tributos, principalmente nas linhas de ICMS e PIS/COFINS corrente, com aumentos de R\$ 470,5 milhões e R\$ 252,8 milhões, respectivamente, em função de maior receita operacional;
- Aumento de R\$ 859,9 milhões nos encargos setoriais relativo, principalmente na linha de Encargos do consumidor – CCRBT (Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias), cujo aumento deve-se a implementação da bandeira de escassez hídrica a partir do final de agosto de 2021.

Custo do Serviço/Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2021 alcançaram R\$ 7.190,3 milhões, um incremento de R\$ 1,7 bilhões em relação ao ano de 2020. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia, em 2021, alcançaram o montante de R\$ 6.032,4 milhões, o que representa um aumento de 33,9% (R\$ 1,5 bilhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.505,0 milhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis com aumento de R\$ 1,3 bilhão, 39,3% superior ao registrado em 2020, decorrente dos seguintes fatores:

- Aumento nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 567,7 milhões;
- Aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda R\$ 736,7 milhões.

Custos e despesas gerenciáveis com aumento de R\$ 411,9 milhões, 19,1% superior ao registrado em 2020. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da companhia em 2021, alcançaram o montante de R\$ 1.408,9 milhões, 18,8% ou R\$ 223,1 milhões superior ao montante registrado 2020, de R\$ 1.185,8 milhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:

- Aumento nos gastos com manutenção e intervenções na rede, objetivando melhoria da qualidade; e
- Aumento de provisão para Créditos de Liquidação duvidosa no montante de R\$ 107,0 milhões explicado pela (i) crise econômica, com deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da pandemia e aumento da conta de energia, (ii) aumento da taxa de juros SELIC e, (iii) aumento do custo de energia.

EBITDA

O EBITDA da Companhia em 2021 atingiu o montante de R\$ 1,2 bilhão, o que representa um aumento de R\$ 425,7 milhões em relação ao mesmo período de 2020, resultado impactado pelo efeito positivo da reclassificação da linha de marcação a mercado de ativo indenizável e pelo aumento da receita operacional conforme explicado anteriormente. A margem EBITDA da Companhia em 2021 foi de 15,24%, aumento de 1,73 p.p. em relação a 2020. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2021 foi de 17,77%, o que representa um incremento de 1,65 p.p. em relação a 2020.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Companhia totalizaram R\$ 269,0 milhões, resultado maior do que o registrado em 2020 de R\$ 118,7 milhões.



Essa variação explica-se, sobretudo, pela:

- (i) aumento de R\$ 37,6 milhões nas despesas de encargos, que ocorreu devido principalmente ao aumento de 1,63% do CDI (4,44% em 2021 x 2,77% em 2020), somado à um aumento no volume de empréstimos contratados em 2021 para financiar investimentos e capital de giro; e
- (ii) aumento de R\$ 73,0 milhões na despesa de variação monetária de dívida devido ao aumento do índice de IPCA no período, 5,30% (10,06% em 2021 x 4,52% em 2020).

Este efeito foi parcialmente compensado pelo:

- (i) diminuição aumento de R\$ 15,0 milhões na rubrica de juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes.

Tributos e Outros

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2021 registraram um aumento de R\$ 58,1 milhões em relação ao ano de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da maior base de cálculo desses tributos.

Lucro Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a companhia registrou em 2021 um lucro líquido de R\$ 488,6 milhões, valor R\$ 223,4 milhões superior ao registrado no ano de 2020. A margem líquida em 2021 alcançou 6,02%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a margem líquida da Companhia atingiu 7,03% (5,28% em 2020).

Endividamento e Liquidez

A dívida bruta da Companhia encerrou o 2021 em R\$ 3.714 milhões, um incremento de R\$ 1.289 milhões em relação ao 2020. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 610 milhões captados com Scotiabank, R\$ 270 milhões com o BNP Paribas, R\$ 280 milhões com o Sumitomo, R\$ 500 milhões com a Enel Finance International N.V. e R\$ 212 milhões com a Enel Brasil), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 287 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 763 milhões e R\$ 117 milhões.

A Companhia encerrou 2021 com o custo médio da dívida no período de 9,86% a.a..

Colchão de Liquidez*

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro, imediatamente disponíveis por meio de contratos firmados com bancos de primeira linha no valor de R\$ 80 milhões. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com partes relacionadas aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Devido uma maior necessidade de financiamento para realização de investimentos e cobertura de capital de giro da Companhia, a Aneel aprovou a ampliação do limite de mútuo em R\$ 600 milhões, através do despacho Nº 1.540 de 28 de maio de 2021, e posteriormente mais R\$ 500 milhões (despacho Nº 3.754 de 24 de novembro de 2021), totalizando um montante de R\$ 1.900 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 09 de setembro de 2021, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.



Comparativo do Resultado de 2020 x 2019

A Companhia encerrou 2020 com 4.319.446 unidades consumidoras (“consumidores”), 10,3% superior em relação à quantidade de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 606,4 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2020 apresentou uma redução de 427 GWh em relação ao ano de 2019, explicado, principalmente, pela pandemia do Covid-19 e aplicação de medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas vigentes em nossa área de concessão durante o ano de 2020, resultando em significativa redução de consumo médio. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) para o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma redução 3,7%, justificado principalmente pela redução nas classes Comercial e Industrial, em função dos impactos da pandemia do Covid-19, mencionados anteriormente.

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ambos os indicadores apresentaram um incremento em 2020 comparado a 2019, devido, principalmente a redução no número de equipes de atendimento emergencial por causa da Pandemia da COVID-19 e ao elevado volume de chuvas registrado no período, contribuindo para o maior número de interferências na rede. Foi estabelecido um plano de melhoria desses indicadores em conjunto com o regulador e tem-se observado que as ações tomadas no último trimestre de 2020 para diminuir as incidências nas redes de Média Tensão e Baixa Tensão começaram a mostrar resultado a partir do mês de dezembro de 2020. O indicador DEC fechou 2020 em 16,51 (14,08 em 2019) enquanto o FEC encerrou o ano em 6,30 (5,78 em 2019).

A Companhia investiu R\$ 94,8 milhões no acumulado do ano, com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,23% em 2020, um aumento de 2,37 p.p. em relação às perdas registradas em 2019, de 13,86%. Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 39,0 milhões* no combate às perdas.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes às principais variações ocorridas entre 2020 e 2019.

Receita Operacional

A Companhia encerrou 2020 com 4.319.446 unidades consumidoras (“consumidores”), 10,3% superior em relação à quantidade de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 606,4 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2020 apresentou uma redução de 427 GWh em relação ao ano de 2019, explicado, principalmente, pela pandemia do Covid-19 e aplicação de medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas vigentes em nossa área de concessão durante o ano de 2020, resultando em significativa redução de consumo médio. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) para o Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma redução 3,7%, justificado principalmente pela redução nas classes Comercial e Industrial, em função dos impactos da pandemia do Covid-19, mencionados anteriormente.

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ambos os indicadores apresentaram um incremento em 2020 comparado a 2019, devido, principalmente a redução no número de equipes de atendimento emergencial por causa da Pandemia da COVID-19 e ao elevado volume de chuvas registrado no período, contribuindo para o



maior número de interferências na rede. Foi estabelecido um plano de melhoria desses indicadores em conjunto com o regulador e tem-se observado que as ações tomadas no último trimestre de 2020 para diminuir as incidências nas redes de Média Tensão e Baixa Tensão começaram a mostrar resultado a partir do mês de dezembro de 2020. O indicador DEC fechou 2020 em 16,51 (14,08 em 2019) enquanto o FEC encerrou o ano em 6,30 (5,78 em 2019).

A Companhia investiu R\$ 94,8 milhões no acumulado do ano, com o objetivo de evolução dos indicadores de qualidade operacional. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 16,23% em 2020, um aumento de 2,37 p.p. em relação às perdas registradas em 2019, de 13,86%. Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 39,0 milhões* no combate às perdas.

Com relação ao Demonstrativo de Resultado apresentado na tabela do item h, apresenta-se a seguir as explicações referentes às principais variações ocorridas entre 2020 e 2019.

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia incrementou R\$ 414,1 milhões em relação ao ano de 2019. Excluindo-se o efeito da receita de construção, a receita operacional bruta da Companhia, em 2020, alcançou o montante de R\$ 7,3 bilhões, o que representa um aumento de 2,5% (R\$ 177,8 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 7,1 bilhões. Este aumento reflete o efeito líquido dos seguintes fatores:

Ativos e passivos financeiros setoriais (aumento de R\$ 202,7 milhões): este aumento deve-se basicamente à constituição de ativo regulatório no período; e

Subvenção de baixa renda (aumento de R\$ 68,9 milhões): aumento decorrente principalmente do resultado do auxílio promovido pela Medida Provisória 950.

Esses efeitos foram parcialmente compensados por:

Venda de Energia Excedente - MVE (redução de R\$ 118,4 milhões): em razão, da companhia, em 2020, ter participado do mecanismo em menor volume;

Deduções da Receita

As deduções da receita em 2020 totalizaram R\$ 2.384,9 milhões, contra R\$ 2.461,1 milhões em 2019, redução de 3,1% ou R\$ 76,2 milhões, resultado, sobretudo, da redução de encargos setoriais, principalmente quotas da CDE.

Custo do Serviço/Despesa Operacional

Os custos e despesas operacionais em 2020 alcançaram R\$ 5.474,0 milhões, um incremento de R\$ 660,8 milhões em relação ao ano de 2019. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos do serviço e despesa operacional da Companhia, em 2020, alcançaram o montante de R\$ 4.505,0 milhões, o que representa um aumento de 9,4% (R\$ 424,5 milhões) em relação ao ano anterior, cujo montante foi de R\$ 4.080,4 milhões. Este incremento é o efeito das seguintes variações:

Custos e despesas não gerenciáveis com aumento de R\$ 162,2 milhões, 5,1% superior ao registrado em 2019, decorrente dos seguintes fatores:

- Aumento nos encargos do uso do sistema de transmissão, em um montante de R\$ 123,5 milhões, sobretudo referente as rubricas de ESS – encargos do serviço do sistema, incluindo segurança energética, refletindo medidas de mitigação dos impactos da pandemia do COVID-19 concedidas pela ANEEL; e
- Aumento na rubrica Energia elétrica comprada para revenda R\$ 38,7 milhões.

Custos e despesas gerenciáveis com aumento de R\$ 498,6 milhões, 13,7% superior ao registrado em 2019. Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da companhia em 2020, alcançaram o montante de R\$ 1.185,8 milhões, 24,4% ou R\$ 262,3 milhões superior ao montante registrado 2019, de R\$ 923,5 milhões. Este aumento é resultado, principalmente, das seguintes variações:



- Aumento de R\$ 64,0 milhões com despesas de materiais e serviços de terceiros, decorrente, sobretudo, da adequação de processos técnicos e comerciais visando à melhoria da qualidade de atendimento e do fornecimento de energia elétrica, bem como a aquisição de equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19, e adequações tecnológicas;
- Aumento de R\$ 38,6 milhões na rubrica de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em razão do efeito negativo provocado pela deterioração econômica registrada no trimestre decorrente da pandemia do COVID-19, além da suspensão dos cortes de energia por meio da REN 878/20, da ANEEL;
- Menor receita de multa por impontualidade de clientes, em R\$ 12,0 milhões, conforme mencionado anteriormente;
- Aumento de R\$ 93,3 milhões no grupo de outras despesas operacionais, justificado principalmente pelo resultado da reconciliação dos saldos contábeis com os sistemas comerciais.

EBITDA

O EBITDA da Companhia em 2020 atingiu o montante de R\$ 684,0 milhões, o que representa um aumento de R\$ 130,2 milhões em relação ao ano de 2019. A margem EBITDA da Companhia em 2020 foi de 11,66%, com redução de 3,48 p.p. em relação a 2019. A margem EBITDA ex custo de construção da Companhia em 2020 foi de 13,96%, o que representa um incremento de 3,57 p.p. em relação a 2019.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras líquidas da Companhia totalizaram R\$ 24,6 milhões, resultado melhor do que o registrado em 2019 de R\$ 71,9 milhões.

Essa variação explica-se, sobretudo, pela:

- (ii) aumento da receita de ativo indenizável, em um montante de R\$ 28,6 milhões, em função do reconhecimento dos efeitos da revisão tarifária, atualizados pela variação do IPCA acumulado;
- (iii) aumento na receita de Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes no montante de R\$ 32,3 milhões, em comparação com o ano de 2019; e
- (iv) diminuição de encargos de dívidas e juros de debêntures, em R\$ 33,2 milhões, decorrente principalmente do menor CDI do período. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento na atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 12,3 milhões em relação ao ano anterior e maior despesa com variações monetárias de dívida e debêntures atreladas ao IPCA.

Tributos e Outros

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio) em 2020 registraram um aumento de R\$ 16,5 milhões em relação ao ano de 2019. Esta variação decorre, principalmente, da redução do incentivo fiscal SUDENE.

Lucro Líquido do Período

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a companhia registrou em 2020 um lucro líquido de R\$ 265,2 milhões, valor R\$ 139,7 milhões inferior ao registrado no ano de 2019. A margem líquida em 2020 alcançou 4,52%. Excluindo-se a receita de custo de construção, a margem líquida da Companhia atingiu 5,41% (8,72% em 2019).

Endividamento e Liquidez

A dívida bruta da Companhia encerrou 2020 em R\$ 2.425,8 milhões, um incremento de R\$ 226,0 milhões em relação a 2019. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas para investimentos e capital de giro (R\$ 500 milhões captados por meio de operações bancárias 4131 e R\$ 663 mil



em operação subsidiada junto ao FINEP), em conjunto com apropriação de juros e correção monetária no montante de R\$ 145 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 331 milhões e R\$ 94 milhões.

A Companhia encerrou 2020 com o custo médio da dívida no período de 5,91% a.a., ou CDI + 3,05% a.a.

Colchão de Liquidez*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 80 milhões em linha de crédito bancária para uso em eventual necessidade imediata de caixa.

Adicionalmente, a Companhia possui limite de mútuo com sua controladora Enel Brasil aprovados pela Aneel, por meio do Despacho Nº 2.979, até 11 de dezembro de 2022 no valor de até R\$ 800 milhões.

Classificação de Riscos (Rating)

Em 14 de setembro de 2020, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil em 'AAA (bra)', com perspectiva estável.

Comparativo do Resultado de 2019 x 2018

A Companhia encerrou 2019 com 3.916.646 unidades consumidoras ("consumidores"), 4,9% inferior em relação à quantidade de consumidores registrado ao final do mesmo período do ano anterior. Em julho de 2019, a companhia realizou a migração de suas operações comerciais para um novo sistema. Para esta implantação, foi realizada a atualização cadastral dos clientes, conforme disposições regulatórias. A redução no número de consumidores reflete essa atualização cadastral. Os clientes que ainda não atualizaram seu cadastro foram temporariamente desativados até posterior regularização. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da companhia totalizaram o montante de R\$ 423 milhões.

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Enel Distribuição Ceará no ano de 2019 apresentou um incremento de 406 GWh em relação ao ano de 2018. Este crescimento é resultado de um efeito conjunto da (i) evolução observada no mercado cativo da Companhia de 222 GWh, e de (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2019, 184 GWh superior ao registrado em 2018. Essa energia transportada gera uma receita para a Companhia através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 2,3% no ano de 2019 quando comparado com 2018. O principal fator que ocasionou essa evolução no consumo foi o crescimento vegetativo do mercado cativo que adicionou 133.536 novos consumidores à base comercial cativa da Companhia.

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia. Ambos os indicadores apresentaram um incremento em 2019 comparado a 2018, devido, principalmente a: (i) onda de ataques criminosos ocorridos em janeiro e setembro de 2019, os quais comprometeram as operações da companhia nas áreas alvo dos ataques; e (ii) ao elevado volume de chuvas e raios, observados principalmente no primeiro semestre do ano também impactaram os indicadores de qualidade. O indicador DEC fechou 2019 em 14,11 (10,14 em 2018) enquanto o FEC encerrou o ano em 5,78 (5,57 em 2018).

A Companhia investiu R\$ 71 milhões em adequação à carga e qualidade do sistema nos últimos 12 meses. As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram o valor de 13,86% em 2019, uma redução de 0,35 p.p. em relação às perdas registradas em 2018, de 14,21%. Esta redução reflete os resultados do plano de combate aos furtos de energia, implantado em 2018. Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 53 milhões no combate às perdas.



10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

A receita da Companhia dos exercícios findos em 2019, 2020 e 2021 é composta essencialmente pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão. A tarifa cobrada dos consumidores é definida anualmente pela ANEEL, sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Coelce. Além disso, o volume de energia faturado da base de clientes da Companhia reflete as mudanças na economia do Estado do Ceará (área de concessão da Coelce). Os Diretores entendem que o consumo e a demanda de energia elétrica na área de concessão e as tarifas de energia elétrica são fatores fundamentais que influenciam os resultados, uma vez que são diretamente dependentes do desempenho da economia. O consumo de energia apresenta forte correlação com a atividade econômica, produção industrial, nível de renda e disponibilidade de crédito e condições climáticas (principalmente no caso de temperaturas elevadas). Os mecanismos de reajustes e revisões das tarifas consideram variáveis macroeconômicas, principalmente a inflação, medida pelos índices IGP-M e IPCA. Estes indicadores, entre outros, também reajustam boa parte dos contratos de prestação de serviços da Companhia. Além destes indicadores, a evolução das taxas de juros impacta o resultado financeiro.

Os resultados das operações da Companhia são significativamente afetados por inúmeros fatores, inclusive: alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia; alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL; disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado; condições econômicas no Brasil em geral e na área de concessão da Companhia mudanças na regulação e legislação do setor elétrico; resultados das disputas judiciais e contingências.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

2021

Em 2021, a receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 8.002,8 milhões, resultado do maior volume de energia vendida no mercado cativo (10.316 GWh em 2021 versus 9.659 GWh em 2020), decorrente principalmente, do aumento do consumo na classe residencial convencional, principalmente pelo aumento no número de clientes e setor público, devido a reabertura de órgão e instituições públicas, tais como colégios, creches etc., e do efeito do reajuste tarifário, homologado em 22 de abril de 2021, de +8,95% em média.

2020

Em 2020, o resultado operacional da empresa sofreu os impactos da pandemia da Covid-19. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia observou uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentando o desemprego. Diante dessa situação, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a arrecadação de contas de energia em atraso.

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa 878/2020. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de



substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

Além disso, com o intuito de minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Um montante de R\$ 530,4 milhões foi recebido integralmente pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A receita pelo Fornecimento de Energia Elétrica atingiu um montante de R\$ 6.146 milhões, resultado do menor volume de energia vendida no mercado cativo (9.646 GWh em 2020 versus 10.012 GWh em 2019), decorrente sobretudo, da redução do consumo nas classes industrial e comercial decorrente da atual pandemia do COVID-19, e consequente agravamento do contexto econômico na área de concessão, com medidas de restrição de atividade e circulação de pessoas. Essa redução foi parcialmente compensada pelo efeito do reajuste tarifário, homologado em 14 de abril de 2020, de +3,94% em média.

2019

Em 2019, a receita pelo fornecimento de energia elétrica atingiu um montante de R\$ 6.136 milhões, representando 78% da receita bruta total. Neste período, a receita oriunda do fornecimento de energia elétrica foi impactada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) Efeito da Revisão Tarifária em 2019, aplicado a partir de 22 de abril de 2019, que incrementou as tarifas da Companhia em 8,22% em média; e
- (ii) Aumento de 2,3% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (10.012 GWh em 2019 versus 9.790 GWh em 2018).

Outro fator que impactou a receita em 2019 foram: reclassificação, em 2019, da receita de bandeiras tarifárias para a rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais (R\$ 175 milhões em 2019 vs. R\$ 180 milhões em 2018), que reduziu a linha de outras receitas em R\$ 155 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento das tarifas de uso mútuo, devidas por empresas de telefonia e internet que utilizam os postes da Enel Distribuição Ceará na prestação de seus serviços. Além disso, a Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda sofreu uma redução de R\$ 44 milhões devido à reclassificação da taxa de energia (TE) dos clientes livres para a rubrica de fornecimento de energia elétrica.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;

As receitas da Companhia podem ser impactadas por oscilações no consumo e demanda de energia elétrica, e pelas tarifas de energia, reajustadas segundo os mecanismos previstos no Contrato de Concessão da Coelce e regulados pela Aneel. Tais mecanismos preveem revisões tarifárias a cada quatro anos, em que as tarifas são calculadas visando o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, cobertura de seus custos e retorno sobre investimentos. Entre as revisões tarifárias, ocorrem reajustes tarifários anuais, que visam a repassar para as tarifas as variações nos custos não gerenciáveis da concessionária, e garantir o repasse da inflação.

Além disso, as receitas da Companhia podem ser impactadas por variações no mix de vendas em função do crescimento diferenciado entre as classes de consumo (residencial, comercial, industrial, rural e outras), que apresentam tarifas diferenciadas.

Além desses fatores, alterações no ambiente regulatório também podem impactar a receita da Companhia.

Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;



- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/07/21 – A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

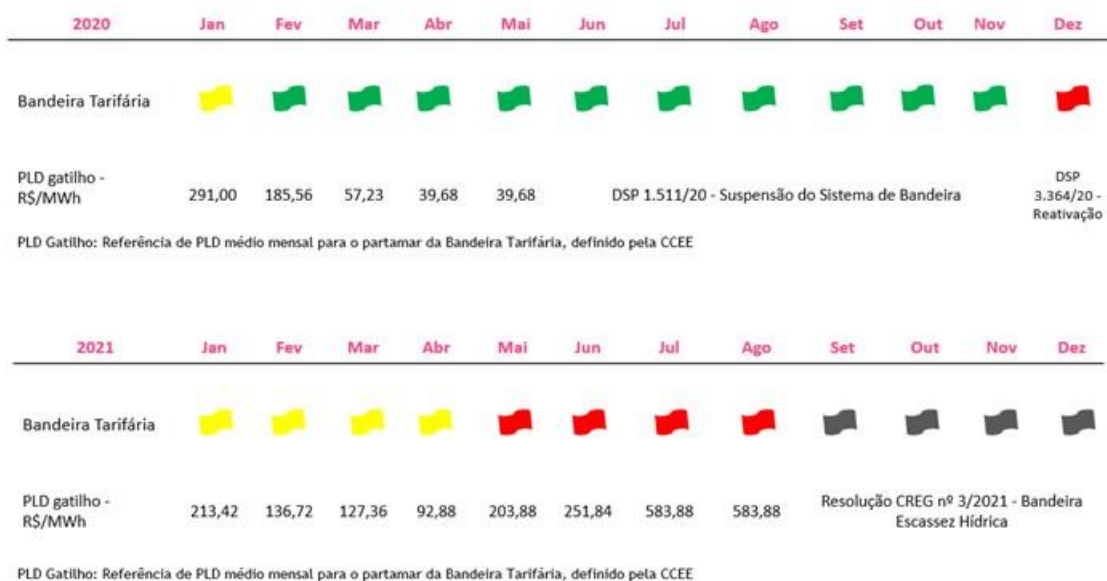
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/07/21 – As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 3,971 (patamar 1) e R\$ 9,492 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.888/21).

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela recuperação lenta dos níveis de reservatórios hidráulicos, assim a ANEEL publicou o acionamento da bandeira amarela para os meses de janeiro de 21 a março de 21. Com a piora do cenário hidrológico, a bandeira vermelha patamar 1 foi acionada em maio de 2021 e em junho foi acionada a bandeira vermelha patamar 2.

O terceiro trimestre foi marcado pelo agravamento hidrológico do sistema elétrico brasileiro, nos meses de julho e agosto a bandeira vermelha patamar 2 ainda foi acionada. Além disso, em 31 de agosto de 2021, o Governo Federal determinou à ANEEL, por meio da Resolução CREG nº 3/2021, a implantação da Bandeira Escassez Hídrica a ser aplicada aos clientes cativos exceto os clientes Baixa Renda que continuarão a terem os valores de bandeira dentre os patamares já conhecidos (REH 2.888/21).

A Bandeira Escassez Hídrica possui vigência de setembro de 2021 à abril de 2022, e durante este período, a tarifa será acrescida de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2020 e 2021, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir.



Reajuste Tarifário 2021

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2021 até 21 de abril de 2022, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 8,95%.

Reajuste Tarifário 2020

Em 14 de abril de 2020, a ANEEL homologou o índice de Reajuste Tarifário Anual da Enel Distribuição Ceará, a vigorar a partir de 22 de abril de 2020 até 21 de abril de 2021, que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 3,94%, sendo 3,78% para os consumidores em alta tensão e 4,00% para os consumidores em baixa tensão.

No entanto, em função da pandemia do coronavírus, os efeitos de aplicação das tarifas provenientes deste



processo tarifário foram suspensos até o dia 30 de junho de 2020 com a manutenção da aplicação das tarifas atualmente vigentes, constantes da Resolução Homologatória nº 2.530/2019.

Porém, foi reconhecido o direito da Enel CE referente à não aplicação das tarifas homologadas no período, em valor estimado de R\$ 36,2 milhões. Esse montante formou uma CVA positiva que será repassada via tarifa a partir do próximo reajuste tarifário em 2021.

Além disso, a empresa foi autorizada a realizar a dedução no valor do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para as competências de maio, junho e julho de 2020 (de R\$ 12,1 milhões mensais). Contudo, deverá recompor tais valores ao fundo setorial a partir da competência de agosto de 2020, com a devida correção dos valores pela Taxa Selic.

Revisão Tarifária 2019

Em 18/04/19, a Aneel homologou o resultado da quinta revisão tarifária periódica da Enel Distribuição Ceará, que vigorou a partir de 22 de abril de 2019, consolidada por meio das contribuições aportadas na Audiência Pública nº NT_67- 2019_SGT. O resultado conduz a um efeito médio percebido pelo consumidor de 8,22%, sendo de 7,87% para os consumidores conectados na alta tensão e de 8,35% para os consumidores conectados para a baixa tensão. Fixou a componente T (Trajetória dos custos operacionais) do fator X em 1,17%, perdas técnicas de 9,52% sobre energia injetada e perdas não técnicas de 7,56% sobre o mercado de Baixa Tensão.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Além dos itens referentes aos volumes e mix de consumo e demanda de energia elétrica, e dos efeitos das variações das tarifas elencados no item 10.2.b, o resultado operacional da Coelce é influenciado pelo impacto da inflação e variação de preços de commodities sobre os custos e despesas operacionais da Companhia, notadamente com os custos de pessoal e com contratos de prestação de serviços e aquisição de materiais. A inflação e a taxa de juros afetam os negócios, essencialmente, pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de algumas dívidas a serem corrigidos pela inflação e/ou estarem atrelados à taxa de juros básica.

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada. As oscilações nos preços da energia comprada e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL são reconhecidos nas tarifas cobradas dos consumidores. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de inflação. Além disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida significativa denominada em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional;

Não aplicável em razão da Companhia não ter introduzido ou alienado segmento operacional. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária;

Não aplicável em razão de não ter havido constituição, aquisição ou alienação de participação societária no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.

c. eventos ou operações não usuais.

Não aplicável em razão de não ter havido eventos ou operações não usuais no período. Além disso, a Companhia não prevê efeitos futuros relativos a estes fatos.



10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis.

2021

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir:

(a) Alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

(i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

(ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

(iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

(b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidenciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – Financial instruments: Disclosures e 09 – Financial Instruments

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

2020

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatórios financeiros (*Internacional Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.



2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a

seguir: CPC 06 (R2) | IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impacto na adoção inicial:	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	518	20.446	1.835	22.799
Impacto da taxa de desconto	(33)	(2.616)	(111)	(2.760)
Ativo de direito de uso	485	17.830	1.724	20.039
Passivo de arrendamento	485	17.830	1.724	20.039

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:

31.12.2019

Despesa com depreciação e amortização	7.320
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(7.221)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	99
Despesas financeiras	1.110
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(411)
Total - impacto na despesa líquida	798

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que, por sua vez, estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).



As Demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado; Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A elaboração de Demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na suagem.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações contábeis.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis;

2021

Reclassificações de saldos comparativos

A Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2020, originalmente autorizadas em 22 de fevereiro de 2021 conforme demonstrado a seguir, seguindo as orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, passivos e do patrimônio líquido.

(a) A Companhia revisou suas políticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita financeira”, no resultado financeiro, embora aceita poderia ser também melhor classificada no grupo de receitas operacionais, alinhando sua política com a de distribuidora do mesmo grupo econômico, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica. Trata-se nesse caso, de uma mudança de política contábil e não de correção ou retificação de erro. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”;
- A mudança dessa política contábil não implica que a política contábil anterior estava errada, mas sim que a atual é mais adequada para representar a essência econômica dos contratos de distribuição de energia elétrica. Importante enfatizar que a política contábil anterior era uma política contábil permitida e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, e que até então foi julgada como adequada;
- A maioria das companhias de distribuição de energia elétrica no Brasil já adota essa mudança em suas políticas contábeis melhorando a comparabilidade das demonstrações contábeis entre as empresas do setor.

A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. O impacto deste assunto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é uma reclassificação de R\$ 125.733



da receita financeira para o resultado operacional.

(b) Encargos do consumidor (CCRBT), classificados como “Deduções da receita”, anteriormente apresentados como “Fornecimento de energia elétrica”, no montante de R\$ 60.484.

2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

a) Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeira e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

b) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases

O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

c) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidênciação e instrumentos financeiros | IFRS 07 – *Financial instruments: Disclosures* e 09 – *Financial Instruments*

Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as



taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência.

A Companhia possui transações sujeitas a taxa variável, vinculada à LIBOR, no montante de 5.946 (vide nota explicativa 20) com vencimento em 2024. A Companhia designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos da Companhia (vide nota explicativa 33). Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e materialidade das operações acima mencionadas.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos e alterados até 31 de dezembro de 2020, efetivos ou não para o exercício a que essa demonstração financeira se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações financeiras.

2019

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir: CPC 06 (R2) | IFRS 16 – Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impacto na adoção inicial:	Terreno	Imóveis	Veículos	Total
Pagamentos mínimos de arrendamento para os contratos	518	20.446	1.835	22.799
Impacto da taxa de desconto	(33)	(2.616)	(111)	(2.760)
Ativo de direito de uso	485	17.830	1.724	20.039
Passivo de arrendamento	485	17.830	1.724	20.039

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:



Impacto sobre a demonstração do resultado – aumento (redução) das despesas:

31.12.2019

Despesa com depreciação e amortização	7.320
Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e outras receitas e despesas operacionais	(7.221)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	99
Despesas financeiras	1.110
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos	(411)
Total - impacto na despesa líquida	798

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento, uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e pelo CPC, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados no preparo dessas Demonstrações Financeiras, em todos os períodos apresentados.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2021

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2020

Os diretores da Companhia Energética do Ceará (“Enel Distribuição Ceará” ou “Companhia”), inscrita no CNPJ/MF Nº 07.047.251/0001-70, com sede na Rua Padre Valdevino nº 150, Bairro Centro, nos termos e para fins Fortaleza - CE, das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

2019

Os diretores da Companhia declararam que concordam com o parecer de auditoria emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o qual não inclui parágrafo de ênfase ou ressalvas. Desta forma, a Administração entende que as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Ceará - Coelce em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Os diretores esclarecem que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e



julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir, os Diretores apresentam e comentam apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

- Tributos diferidos sobre os lucros

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

- Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48 (IFRS09), como a seguir:

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual,
- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (Residencial, Rural, Comercial, Industrial, Poder Público, Iluminação Pública e Serviços Públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (*“Expected Credit Losses – ECL”*) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (*“Probability of Default – PD”*) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (*“Loss given default – LGD”*), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições



econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

- Provisão para contingências

As provisões para processos judiciais e outros são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item em individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Uso de estimativas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Avaliação da perda do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

- Mensuração dos benefícios definidos:

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos



disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício (resultado financeiro). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes, sendo registrado no resultado do exercício (custos e despesas com pessoal).

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Uso de estimativas:

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

A obrigação de benefício definido é altamente sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;*
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;*
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;*
- iv. contratos de construção não terminada;*
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos;*

Não aplicável, considerando que não há itens que não estão refletidos no balanço patrimonial que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante na condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém outros itens relevantes não evidenciados em suas demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais.



10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação;

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há nenhum item relevante não registrado nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

O plano de investimentos da Companhia está focado em projetos que visam atender o crescimento de mercado com a exigência de novas conexões.

Em 2021, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 573,5 milhões.

Investimentos na qualidade do serviço com ênfase em tecnologia e no combate as perdas de energia também estão entre as prioridades da Companhia, além do investimento em novas conexões.

Os investimentos previstos para o exercício de 2022 não estão aqui divulgados, uma vez que a Companhia não realiza divulgação de projeções para o mercado.

Segue abaixo os investimentos realizados referentes aos três últimos exercícios sociais:

Investimentos (R\$ Mil)	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
Novas Conexões	573.455	606.389	423.472
Rede	267.321	134.056	123.675
Combate às Perdas	47.433	39.077	52.613
Qualidade do Sistema Elétrico	123.062	44.331	30.065
Adequação à carga	96.826	50.511	40.997
Outros	247.394	169.923	144.209
Variação de Estoque	0	0	41.131
Total Investido	1.088.170	910.231	732.487
Aportes / Subsídios	(12.5332)	(11.772)	(6.828)
Investimento Líquido	1.075.637	898.459	725.659

Novas Conexões (Crescimento Vegetativo).

Significa o atendimento a clientes de demanda em pontos distintos das instalações de extensão de novas conexões. Qualidade do Sistema Elétrico



Referem-se aos projetos voltados à melhoria da qualidade do fornecimento a clientes, para cumprimento aos padrões estabelecidos pelo órgão regulador mediante regulamentações de qualidade de serviço. Neste caso, fundamentalmente incluem-se os projetos de investimento para melhorar ou aumentar a capacidade das instalações existentes.

Combate às Perdas

Projetos orientados a redução das perdas técnicas e das perdas comerciais (fraudes, anomalias em medições, etc.). Trata-se de projetos para aplicação de novas tecnologias nas construções de redes em substituição das redes existentes, cujo efetivo seja melhorar a efetividade do controle de perdas.

Outros. Este conceito se aplica a todos os projetos de investimentos comerciais (diferente dos sistemas informáticos) e projetos gerais como as melhorias nas propriedades, aquisição de móveis, equipamentos de escritório, equipamentos de ar condicionado e qualquer outro projeto que não se inclua nos itens acima.

ii. fontes de financiamento dos investimentos;

A geração de caixa oriunda das atividades da Coelce, é a principal fonte de recursos para suprir o custeio e os investimentos de sua operação.

Além da geração de fluxos de caixa próprio, a companhia busca também financiamentos subsidiados de bancos de fomento como BNDES e BNB, instituições de desenvolvimento como Eletrobrás, créditos de outras instituições financeiras e emissões de dívida no mercado de capitais para financiar seus investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, considerando que não houve a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados;

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, considerando não haver novos produtos e serviços em andamento.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



Anexo II – Destinação do Lucro líquido

1. Informar o lucro líquido do exercício

Lucro líquido do exercício 2021 (R\$)	488.586.722,95
---------------------------------------	----------------

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

	2021 (R\$)
Montante Global	131.308.888,01
Valor por Ação	R\$ 1,68657612

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	29%
--	-----

Para o cálculo de dividendos a distribuir, foi deduzido do lucro líquido R\$ 33.614.640,00 (trinta e três milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta reais), a ser destinada à reserva de Incentivo Fiscal; e foi acrescido ao lucro líquido o valor de R\$ 63.469,07 (sessenta e três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sete centavos), referente à reversão de dividendos prescritos, nos termos do art. 287, II, A, da Lei 6.404/76, e do art. 69 da Instrução Normativa nº 267/02, sendo, portanto, o lucro líquido ajustado passível de distribuição no valor de R\$ 455.035.552,02 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dois centavos), o qual propõe-se a destiná-lo da seguinte forma: (i) o valor de R\$ 117.000.000,00 (cento e dezessete milhões de reais), correspondente a 25,71% (vinte e cinco, vírgula, setenta e um por cento) referente a juros sobre capital próprio já pagos no exercício de 2021, conforme deliberado em Reunião de Conselho realizada em 25/10/2021; (ii) o valor de R\$ 14.308.888,01 (quatorze milhões, trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta e oito reais e um centavo), correspondente a 3,14% (três, vírgula, quatorze por cento) será destinado ao pagamento de dividendos, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) referem-se ao dividendo mínimo obrigatório e 3,86% (três, vírgula, oitenta e seis por cento) referem-se ao dividendo adicional proposto. O saldo remanescente, no valor de R\$ 323.726.664,02 (trezentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), acrescido do valor de R\$ 13.470.696,36 (treze milhões, quatrocentos e setenta mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$ 337.197.360,38 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e sessenta reais e trinta e oito centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do artigo 28, (ii), d) do Estatuto Social.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

A proposta não contempla distribuição de dividendos com base em lucros anteriores.



5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Natureza	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais classe A	Ações Preferenciais classe B
Dividendos	R\$ 0,18378824	R\$ 0,18378824	R\$ 0,18378824

- b) **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

O pagamento dos dividendos deverá ser realizado até 31 de dezembro de 2022.

- c) **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos.

- d) **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

12 de abril de 2022.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a) **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

- b) **Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não há montante de dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a) **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

	2021 (R\$)	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Lucro Líquido	488.586.722,95	265.181.441,72	404.904.843,36
Lucro Líquido por Ação	6,27557442	3,40607516	5,20073583
Lucro Líquido por Ação Ordinária	6,27557442	3,40607516	5,20073583
Lucro Líquido por Ação Preferencial A	6,27557442	3,40607516	5,20073583
Lucro Líquido por Ação Preferencial B	6,27557442	3,40607516	5,20073583

- b) **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

	2021 (R\$)	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Montante Global	131.308.888,01	164.561.934,41	165.342.327,70
Valor por Ação	R\$ 1,68657612	R\$ 2,11368958	2,12371322



8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não houve destinação de montante à reserva legal, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Conforme previsto no Estatuto Social da companhia, são asseguradas as ações preferenciais prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) para as da Classe A e 10% (dez por cento) para as de classe B, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido passível de distribuição do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga. Eventual parcela não paga seria não cumulativa.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Dividendos Mínimo Obrigatório (25 %) ref. Lucro de 2020	Valor (R\$)
Ordinária	81.070.234,62
Preferencial A	47.650.329,11
Preferencial B	2.588.324,28

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Dividendos Mínimo por Ação	Valor (R\$)
Ordinária	1,46115794
Preferencial A	1,46115794
Preferencial B	1,46115794



10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da companhia prevê, em seu artigo 29, (b) a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas, respeitados os percentuais previstos no Estatuto para as ações preferenciais.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

O montante distribuído de dividendos será superior ao mínimo previsto no Estatuto Social da companhia.

c) Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção de dividendos. A companhia está pagando percentual superior ao dividendo mínimo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, pois não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, pois a companhia não destina parcela do resultado para reserva de lucros a realizar.



14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O artigo 28, (ii), d) do Estatuto Social estabelece uma reserva de reforço de capital de giro. É destinado para essa reserva eventual lucro não distribuído por deliberação da Assembleia Geral, conforme disposto no Estatuto.

b) Identificar o montante destinado à reserva

R\$ 337.197.360,38 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e sessenta reais e trinta e oito centavos) será destinado a reserva de reforço de capital de giro.

c) Descrever como o montante foi calculado

O montante não distribuído a título de dividendos, representando 71% do lucro líquido passível de distribuição, no valor de R\$323.726.664,02 (trezentos e vinte e três milhões, setecentos e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e dois centavos), acrescido do valor de R\$ 13.470.696,36 (treze milhões, quatrocentos e setenta mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), correspondente ao resultado de benefício pós-emprego (ganho atuarial), totalizando R\$ 337.197.360,38 (trezentos e trinta e sete milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e sessenta reais e trinta e oito centavos), propõe-se que seja destinado à reserva de reforço de capital de giro da Companhia, nos termos do art. 29 II d) do Estatuto Social. Considerando que após a destinação acima, o saldo das reservas de lucros ultrapassará o limite que trata o artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas, será proposta a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, pois a companhia não retém lucros para reserva de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

O valor de R\$ 33.614.640,00 (trinta e três milhões, seiscentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta reais) será destinada à reserva de Incentivo Fiscal.

b) Explicar a natureza da destinação

A Companhia goza de incentivos fiscais (benefício SUDENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2025.



Anexo III – Item 13 do Formulário de Referência (Remuneração da Administração)

Artigo 12 da instrução CVM nº 481/2009 – informações sobre remuneração dos administradores na forma do item 13 do formulário de referência da companhia

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração;

De acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabe a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixar o montante global ou individual da remuneração dos membros da sua administração.

Adicionalmente, a política de remuneração da Companhia é estipulada considerando, para cada cargo, conhecimentos exigidos, complexidade e das atividades e resultados específicos.

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal, bem como aos membros da diretoria da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração

Dentre os membros do conselho de administração da Companhia, o conselheiro representante dos empregados e os conselheiros independentes fazem retirada mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos conselheiros, com base na contribuição do tempo de tais conselheiros para o melhor desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia.

Já os demais membros do Conselho de Administração, que não os indicados acima, não recebem remuneração por participação em reuniões, uma vez que os mesmos já recebem remuneração mensal pelos demais cargos efetivamente ocupados por estes na Companhia e/ou em empresas do grupo Enel, controladora da Companhia.

Para os membros do Conselho de Administração, não há pacote de benefícios e pagamento de remuneração variável.

Diretoria

Os componentes da remuneração dos membros da diretoria da Companhia e a proporção de cada elemento na remuneração total estão descritos a seguir:

Salário-base: salário nominal, também definido como a remuneração fixa, pago mensalmente pela posição que ocupam, tendo como objetivo o tempo e a dedicação do diretor, bem como sua experiência e contribuição para o desempenho e o crescimento dos negócios da Companhia;

Remuneração variável: bônus de curto e longo prazo baseados em metas corporativas e individuais. Pagamento anual e diferido em 3 anos, cujo objetivo é o de compartilhar os riscos e os resultados do negócio com os executivos da Companhia, alinhando os interesses da estratégia da Companhia aos de seus executivos, bem como reconhecendo o desempenho dos diretores ao longo do ano; e

Benefícios: compõem a remuneração indireta de curto prazo. A Companhia oferece benefícios, tais como: (a) assistência médico-hospitalar; (b) assistência odontológica; (c) seguro de vida; (d) previdência complementar; (e) check-up médico; e (f) veículo designado para cargos de alta liderança (apenas para diretoria da Companhia), com objetivo de atender às práticas usualmente vistas em empresas no mercado em geral.



Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é constituída em sua totalidade de remuneração fixa mensal, cujo valor tem como objetivo reconhecer o valor do tempo e dedicação dos respectivos membros do Conselho Fiscal. Não faz jus a recebimento de outros benefícios diretos ou indiretos.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Para a diretoria da Companhia a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2021
Remuneração fixa	86%	69%	61%
Remuneração variável	3%	28%	37%
Benefícios	11%	3%	2%

Para os membros do Conselho de Administração que fazem retirada mensal a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2021
Remuneração por participação em reuniões	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%

Para os membros do Conselho Fiscal que recebem remuneração fixa mensal, a proporção de cada elemento na remuneração total é a seguinte, por exercício social:

	Exercício findo em 31/12/2019	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2021
Remuneração por participação em reuniões	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%
Benefícios	0%	0%	0%

Não existem comitês da Companhia ou estruturas organizacionais assemelhadas da Companhia, mesmo que não estatutários, que remunerem seus membros.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

A metodologia de cálculo para o reajuste da remuneração total da diretoria é definida pelo acionista controlador (Enel Brasil S.A.) considerando os índices de inflação do ano anterior, o posicionamento do profissional no mercado, a equidade interna e o desempenho do executivo.

iv. razões que justificam a composição da remuneração;

Práticas de mercado, legislação e diretrizes do acionista controlador.

As práticas de mercado relacionam-se diretamente com a remuneração da Diretoria. Assim, a partir dos resultados de pesquisas elaboradas com base em salários regionais, empresas de faturamento similar ou ramo de atividade,



avalia-se a adequação da remuneração de cada membro às estruturas de faixas salariais de acordo com o cargo exercido.

Ressalta-se que a determinação da remuneração da Diretoria, excetuando os benefícios e remunerações variáveis, reflete na definição da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal, pois conforme diretrizes aprovadas em assembleia geral, o valor da remuneração de cada membro do referido conselho deverá ser equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for efetivamente para a cada Diretor. Em Assembleia Geral também é determinada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como o montante máximo, entre remunerações fixa e variável, a ser distribuído e individualizado entre os membros Administradores da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Os membros do Conselho de Administração (conselheiros não independentes) que são indicados pelo controlador da Companhia não recebem remuneração por participação em reuniões, uma vez que os mesmos já recebem remuneração mensal pelos demais cargos efetivamente ocupados por estes na Companhia e/ou em empresas do grupo Enel, controladora da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Para Diretoria, a remuneração na forma de salário-base e benefícios não estão relacionados a indicadores de desempenho, vez que seguem práticas de mercado, conforme mencionado no item b (iv) acima.

A remuneração variável é baseada em indicadores de desempenho, econômicos, financeiros, segurança do trabalho e projetos relacionados as áreas de atuação dos diretores estatutários.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

O salário-base e os benefícios não são alterados, pois seguem práticas do mercado (conforme descrito acima). A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo;

A remuneração fixa segue padrões de mercado. A remuneração variável está composta por indicadores de desempenho, os quais estão alinhados com os objetivos da Companhia, para garantir a sua sustentabilidade no curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

A Diretoria da Companhia possui remuneração suportada por algum(s) de seu(s) acionista(s) controlador(s) diretos ou indiretos, conforme divulgado no item 13.15.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O processo decisório relacionado às práticas de remuneração dos administradores da Companhia é de responsabilidade do Conselho de Administração, órgão este responsável pela decisão final.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual



A remuneração da Companhia segue as práticas com base em pesquisas de mercado e alinhamentos ao grupo Enel e visa atrair e reter profissionais competentes e qualificados para as funções previstas.

Para a definição dos valores alvos de remuneração variável e fixa, a Companhia utiliza uma metodologia que mensura a importância e a complexidade dos trabalhos relativos aos resultados esperados para o determinado cargo. Além disto, a Companhia utiliza pesquisas para comparação das práticas internas com as práticas utilizadas pelo mercado. Essas pesquisas levam em consideração a participação de um grupo de empresas que são selecionadas a partir dos seguintes critérios:

- empresas que atuam no mesmo setor;
- empresas estruturadas, com processos claros e critérios definidos para gestão de remuneração e de pessoas; e
- empresas em regiões competitivas.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui política de remuneração para administradores.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conselho de Administração (Valores em R\$)	2019	2020	2021	2022 (Máximo Previsto)
Número de membros	8	8	8,75	9
Remuneração Fixa Anual			323.912,26	372.600,00
Salário ou pró-labore				
Benefícios diretos e indiretos				
Remuneração por participação em comitês			323.912,26	372.600,00
Outros				
Remuneração Variável	118.934,37	71.910,38		
Bônus				
Participação nos Resultados				
Remuneração por participação em reuniões	118.934,37	71.910,38		
Comissões				
Outros				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
Remuneração total Conselho de Administração	118.934,37	71.910,38	323.912,26	372.600,00

Mês	Nº Membros (1)
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	9
Abril	9
Mai	9
Junho	9
Julho	9
Agosto	9
Setembro	9
Outubro	9
Novembro	9
Dezembro	9
Soma	108
Média	9

(1) Membros do Conselho de Administração



Diretoria Estatutária (Valores em R\$)	2019	2020	2021	2022 (Máximo Previsto)
Número de membros	11	9,33	8,42	10
Remuneração Fixa Anual	4.517.082,76	3.600.240,75	3.721.952,37	9.837.585,57
Salário ou pró-labore	3.390.937,12	3.019.469,42	3.575.455,16	7.039.879,01
Benefícios diretos e indiretos	518.434,14	135.836,76	146.497,21	1.105.031,13
Remuneração por participação em comitês				
Outros	607.711,50	444.934,57	-	1.692.675,43
Remuneração Variável	154.889,91	1.406.914,87	2.147.059,00	5.233.758,13
Bônus	154.889,91	1.406.914,87	2.147.059,00	5.233.758,13
Participação nos Resultados				
Remuneração por participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
Remuneração total da Diretoria Estatutária	4.671.972,67	5.007.155,62	5.869.011,37	15.071.343,70

Mês	Nº Membros (2)
Janeiro	11
Fevereiro	11
Março	11
Abril	11
Maio	10
Junho	10
Julho	10
Agosto	10
Setembro	10
Outubro	10
Novembro	10
Dezembro	10
Soma	80
Média	10

(2) Membros da Diretoria

Conselho Fiscal (Valores em R\$)	2019	2020	2021	2022 (Máximo Previsto)
Número de membros	3	3	3	3
Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore				
Benefícios diretos e indiretos				
Remuneração por participação em comitês				
Outros				
Remuneração Variável	87.982,47	175.101,12	194.680,64	252.654,00
Bônus				
Participação nos Resultados				
Remuneração por participação em reuniões	87.982,47	175.101,12	194.680,64	251.226,00
Comissões				
Outros				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração baseada em ações				
Remuneração total Conselho Fiscal	87.982,47	175.101,12	194.680,64	251.226,00

Mês	Nº Membros (3)
Janeiro	3
Fevereiro	3
Março	3
Abril	3
Maio	3
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	3
Outubro	3
Novembro	3
Dezembro	3
Soma	36
Média	3

(3) Membros do Conselho Fiscal



13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração, nem para os membros do Conselho Fiscal.

Diretoria Estatutária	2019	2020	2021
Número de membros	11,0	9,3	8,42
Bônus:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.082.618,60	1.772.646,01	2.197.896,23
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	902.182,16	1.477.205,01	1.831.580,19
Valor efetivamente reconhecido no resultado	154.889,91	1.406.914,87	2.147.059,00
Em relação à participação no resultado:	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
Remuneração total da Diretoria Estatutária	154.889,91	1.406.914,87	2.147.059,00

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	-	10	-	10
Bônus:	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.757.133,95	-	5.757.133,95
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	5.233.758,13	-	5.233.758,13
Participação nos resultados	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo³¹:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.



13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não possui, atualmente, um plano de opção de compra de ações (*stock option*) para seus executivos.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Companhia	Conselho de Administração* Em 31/12/2021	Conselho Fiscal Em 31/12/2021	Diretoria Estatutária Em 31/12/2021
De Emissão da Própria Companhia	18	3.001	0
Ações Ordinárias	4	0	0
Ações Preferenciais Classe A	14	3001	0
Ações Preferenciais Classe B	0	0	0
Controladores Diretos ou Indiretos	0	0	0
Enel Brasil S/A	0	0	0
Sociedades Controladas	0	0	0
Sociedades sob Controle Comum	0	0	0

* Para o Conselho de Administração se considera tanto os membros efetivos como os suplentes



13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

O Conselho de Administração não apresenta plano de previdência diferenciado. Em relação à Diretoria Estatutária, informamos o que segue:

	Exercício social findo em 31/12/2021
a) Órgão	Diretoria Estatutária
b) Número de membros	2
c) Número de membros remunerados	2
d) Nome do plano	Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano de Contribuição Definida – Plano CD
e) Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	3
f) Condições para se aposentar antecipadamente	No Plano de Benefícios Definidos o participante pode aposentar-se pelo plano desde que tenha, no mínimo, 50 anos de idade; 30 anos de contribuição para o INSS, se homem, e 25 anos, se mulher; 15 anos de filiação ao Plano e esteja desligado do empregador; No Plano de Contribuição Definida pode aposentar-se desde que tenha, no mínimo, 10 anos de vínculo com o empregador; 5 anos de filiação ao Plano; idade mínima de 48 anos, se mulher, e 50, se homem, e estar desligado do patrocinador.
g) valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	169.863,15
h) Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	1.865.033,88
i) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	O resgate é permitido em ambos os Planos, entretanto no Plano BD o participante só terá direito ao total de contribuições vertidas pelo próprio, enquanto no Plano CD, além de resgatar 100% das suas contribuições, o participante tem direito a uma parcela das contribuições efetuadas pelo empregador. O resgate só é permitido após o desligamento da patrocinadora (COELCE).

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2021
	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Número de membros	11	10	9
Número de membros remunerados	10	10	9
Valor da maior remuneração	1.211.397,67	1.701.641,56	2.600.083,54
Valor da menor remuneração	709.966,20	897.170,67	902.104,41
Valor médio da remuneração	960.681,94	500.715,56	652.112,37



	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2021
	Conselho de Administração	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Número de membros	8	8	9
Número de membros remunerados	8	8	9
Valor da maior remuneração	47.277,12	71.910,38	107.970,75
Valor da menor remuneração	47.277,12	71.910,38	107.970,75
Valor médio da remuneração	47.277,12	71.910,38	107.970,75

	Exercício social findo em 31/12/2019	Exercício social findo em 31/12/2020	Exercício social findo em 31/12/2021
	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
Número de membros	3	3	3
Número de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração	78.605,09	175.101,12	194.680,64
Valor da menor remuneração	78.605,09	175.101,12	194.680,64
Valor médio da remuneração	78.605,09	175.101,12	194.680,64

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Nos casos de dispensa sem justa causa ou por motivo de reorganização societária, não existe nenhuma previsão contratual de pagamento de indenização nem de manutenção de benefícios, além dos previstos em lei.

Entretanto, o pagamento de indenizações, benefícios e/ou consultoria de recolocação profissional, fica a critério e liberalidade da Companhia, desde que haja orçamento disponível para essa finalidade.

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contratou apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores ("D&O"), visando garantir aos administradores da Companhia o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros, durante o regular exercício de suas atividades, que impliquem, entre outros: Bloqueio e Indisponibilidade de Bens, custos Emergenciais, Danos Morais, Eventos Extraordinários com Reguladores, Custos de Processo de Extradicação, Gerenciamento de Crise (Empresa Capital Aberto), Custos de Investigação Práticas Trabalhistas, Proteção da Imagem Pessoal, Responsabilidade Tributária, Garantias Pessoais, Responsabilidade da sociedade por Reclamações de Valores Mobiliários na B3, Bens e Liberdade, Multas e Penalidades, Custo de Defesa e demais perdas por Danos Ambientais e Inabilidade da pessoa segurada.

A contratação da cobertura de pagamento de multas e acordos contratuais visa garantir aos administradores que a Companhia os manterá indenizados contra perdas decorrentes de reclamações de terceiros que acarretem em, multas e penalidades em virtude de atos danosos praticados no exercício regular das suas funções, excetuadas as hipóteses de culpa grave e dolo, além de outras previstas no mesmo contrato. A Companhia entende que ao contratar tal cobertura ao seu D&O, estará em conformidade com as melhores práticas de mercado, aumentando a proteção de seus administradores no exercício de sua função na Companhia.

A atual apólice de D&O está vigente até 10 de novembro de 2022, e tem um prêmio líquido pago no valor de R\$ 82.151,17. A referida apólice de Seguro, contratada em nome da Enel Brasil S.A., abrange não só os executivos da Coelce como também os executivos das demais organizações da Enel Brasil S.A., podendo tal limite ser insuficiente para garantir a indenização de eventuais danos causados a terceiros.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.



13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração	2019	2020	2021
Remuneração Total Conselho de Administração	0,00	0,00	0,00
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

Diretoria Estatutária	2019	2020	2021
Remuneração total para partes relacionadas aos controladores	3.402.207,96	2.352.546,47	3.701.300,18
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	70%	47%	63%

Conselho Fiscal	2019	2020	2021
Remuneração Total Conselho Fiscal	0,00	0,00	0,00
% da remuneração total para partes relacionadas aos controladores	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não ocorreu nenhum pagamento dessa natureza nos 3 últimos exercícios sociais.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Conselho de Administração	2019	2020	2021
Remuneração em:	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	2.362.486,94	2.604.459,38	2.401.726,68
Fixa	1.700.730,14	1.948.631,03	1.037.075,95
Variável	661.756,80	655.828,35	1.364.650,73
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-



Diretoria Estatutária	2019	2020	2021
Remuneração em:			
Controladores Diretos e Indicadores	810.523,39	3.169.642,25	3.137.414,49
Fixa	693.710,87	2.193.045,73	1.461.080,48
Variável	116.812,52	976.596,52	1.676.334,01
Sociedades sob Controle Comum	3.339.946,77	1.945.138,43	2.731.596,88
Fixa	2.858.594,11	1.345.823,03	2.260.871,89
Variável	481.352,66	599.315,40	470.724,99
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Conselho Fiscal	2019	2020	2021
Remuneração em:	-	-	-
Controladores Diretos e Indicadores	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Sociedades sob Controle Comum	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-
Controladas	-	-	-
Fixa	-	-	-
Variável	-	-	-

Exercício social 2021 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.401.726,68	3.137.414,49	-	5.539.141,17
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	2.731.596,88	-	2.731.596,88

Exercício social 2021 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2020 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.604.459,38	3.169.642,25	-	5.774.101,63
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	1.945.138,43	-	1.945.138,43



Exercício social 2020 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social 2019 - remuneração recebida em função do exercício do cargo emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.362.486,94	810.523,39	-	3.173.010,33
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	3.339.946,77	-	3.339.946,77

Exercício social 2019 - demais remunerações, especificando a que título foram atribuídas

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16.Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes foram divulgadas a este item foram divulgadas nos itens acima.



Anexo IV – Informações relativas aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração indicados pelos acionistas. Item 12.5 a 12.10

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

- a) nome
- b) idade
- c) profissão
- d) CPF ou número do passaporte
- e) cargo eletivo ocupado
- f) data de eleição
- g) data da posse
- h) prazo do mandato
- i) outros cargos ou funções exercidas no emissor
- j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não
- k) se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar independência
- l) número de mandatos consecutivos
- m) informações sobre:
 - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
 - nome e setor de atividade da empresa
 - cargo
 - se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor
 - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
- n) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
 - i. qualquer condenação criminal
 - ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
 - iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer



Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos
Mario Fernando de Melo Santos	83	Engenheiro Eletricista	000.541.194-72	Presidente do Conselho de Administração	12/04/2022	12/04/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	7
Guilherme Gomes Lencastre	49	Engenheiro de Produção	045.340.147-32	Membro efetivo do Conselho de Administração	12/04/2022	12/04/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	2
Nicola Cotugno	59	Engenheiro Mecânico	065.191.267-99	Vice-Presidente do Conselho de Administração	12/04/2022	12/04/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	2
Ana Claudia Gonçalves Rebello	49	Advogada	011.914.537-58	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2022	12/04/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Diretora Jurídica	Sim	Não	N/A	2
Marcia Massotti de Carvalho	45	Economista	043.055.727-29	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2022	12/04/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não Há	Sim	Não	N/A	N/A
Francisco Honório Pinheiro Alves (Representante da CDL - Câmara de Diretores Lojistas)	68	Administrador	041.594.383-34	Membro Efetivo do Conselho de Administração	12/04/2022	12/04/2022	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Sim	N/A	4
Alain Rosolino	43	Economista	065.642.077-43	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Diretor de Pessoas e Organização	Sim	Não	N/A	N/A
Luiz Flavio Xavier de Sá	41	Engenheiro	221.355.778-04	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Diretor de Mercado	Sim	Não	N/A	N/A
Julia Freitas de Alcântara Nunes	45	Economista	072.144.867-41	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	N/A
Jose Nunes de Almeida Neto	66	Engenheiro	116.258.723-72	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Diretor de Relações Institucionais	Sim	Não	N/A	N/A
Maria Eduarda Fischer Alcure	46	Advogada	041.664.917-33	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	N/A
Anna Paula Hiotte Pacheco	47	Engenheira	043.007.817-02	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	N/A
Michelle Rodrigues Nogueira	44	Contadora	069.485.857-95	Membro Suplente do Conselho de Administração	12/04/2022	N/A	Assembleia Geral Ordinária de 2025	Não há	Sim	Não	N/A	N/A



Nome	PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DURANTE OS ÚLTIMOS 5 ANOS	INDICAÇÃO DE TODOS OS CARGOS DE ADMINISTRAÇÃO QUE OCUPE EM OUTRAS SOCIEDADES OU ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR	QUALQUER CONDENAÇÃO CRIMINAL	QUALQUER CONDENAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DA CVM E AS PENAS APLICADAS	QUALQUER CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO, NA ESFERA JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA, QUE O TENHA SUSPENDIDO OU INABILITADO PARA A PRÁTICA DE UMA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU COMERCIAL QUALQUER
Francisco Honório Pinheiro Alves (Representante da CDL - Câmara de Diretores Lojistas)	Nascido em 06 de abril de 1954. É graduado em Administração de Empresas, Direito e Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pós-graduado em Administração de empresas, pela UNIFOR e Marketing, pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (E.S.P.M) – Rio de Janeiro. Empresário do ramo supermercadista, diretor presidente do Pinheiro Supermercado - O Bom Vizinho. As suas empresas abrangem ainda restaurante, cinema e serviço de correios. Nos últimos 5 anos exerceu cargo (i) nas diretorias das entidades de classe representativas do comércio, sendo presidente da CDL de Fortaleza; (ii) como vice presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará (FCDL); (iii) como diretor da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL); (iv) como diretor da Associação Cearense de Supermercados e da Super Rede (ACESU), (vi) como membro do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, representando os interesses dos segmentos do comércio de bens e serviços, do Conselho Universitário da UFC – CONSUNI e do Conselho SESC.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Mario Fernando de Melo Santos	De nacionalidade brasileira, nascido em 18 de julho de 1938. É graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Trabalhou na Companhia Hidroelétrica do São Francisco de 1962 a 1990 exercendo função de Engenheiro e Gerente na área de Construção, Operação e Manutenção do Sistema Energético, Diretor de Operação e Presidente em exercício em diversas oportunidades. Foi coordenador nacional de Abastecimento do Departamento Nacional de Combustíveis SNE/MINFRA, de julho de 1990 até abril de 1991. Diretor de Operação de Sistema e Presidente interino nas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS entre 1991 e 1998. Foi Diretor – Geral da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico por 08 anos. Ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Ampla Investimentos e Serviços S.A. desde 28 de abril de 2006 até 21 de novembro de 2011, data de sua incorporação. Além disso, foi Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A. de 2005 a 2021, da Ampla de 2008 a 2021 e da Coelce de 2006 a 2021. Atualmente, é Vice-Presidente dos Conselhos de Administração da Enel Brasil, Ampla, Coelce e Celg.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Guilherme Gomes Lencastre	De nacionalidade brasileira, nascido em 17/08/1972, com formação em Engenharia de Produção - Civil pela Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Desde 2014 exerce a função de Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes do Grupo Enel. Nos 6 (seis) anos anteriores também exerceu a função de CEO (Chief Executive Officer) das Empresas de Geração do Grupo Enel no Brasil (CGTF – Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A e Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A – CDSA, atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A) e da Transmissora do Grupo Enel no Brasil (atual Enel Cien S.A). Além disso, foi: (i) membro do Conselho de Administração da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, de novembro de 2005 a dezembro de 2012, tendo ocupado a posição de Presidente do respectivo conselho de janeiro de 2009 a dezembro de 2012; (ii) membro do Conselho de Administração da Companhia de Interconexão Energética - CIEN (atual Enel Cien S.A.), de janeiro de 2009 a junho de 2011; e (iii) membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A –	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.



	CDSA (atual Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A), de fevereiro de 2005 a junho de 2011, tendo ocupado o cargo de Presidente de referido conselho de abril de 2009 a junho de 2011. Atualmente, é Foi Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Infra-Estrutura e Redes da Enel Brasil até julho de 2021 e, atualmente, é o Presidente do Conselho de Administração da Enel Brasil, Ampla, Coelce, Celg e Eletropaulo.				
Nicola Cotugno	De nacionalidade italiana, nascido em 24 de outubro de 1962, com formação em Engenharia Mecânica pela Universidade La Sapienza de Roma (Italia). Também cursou: (i) o Programa executivo de estudo de liderança para Energia pela Harvard Business School; (ii) a Tecnologia de estudo Nuclear para Executivos no Department of Nuclear Science and Engineering/MIT; (iii) o Programa Executivo Internacioanl pelo Institut européen d'administration des affaires - INSEAD (França); e (iv) o Treinamento técnico para gestores da ENEL pela ENEL Power Generation Academy. Foi: (i) membro do Conselho de Administração da Eurelectric (Associação das Empresas Europeias de Energia Elétrica); e (ii) membro do Conselho de Administração da Wano (Moscow Centre). Além destas, nos últimos 5 (cinco) anos também exerceu a função de: (i) Diretor de Geração, Diretor da Divisão de Gerenciamento de Energia e membro do Conselho de Administração da Slovenske Electrarne (Eslováquia), de 2013 a 2014; CEO da Slovenské Elektrárne (Eslováquia) e Presidente do Conselho de Administração Slovenske Electrarne (Eslováquia), de 2015 a 2016. A partir de 2016, ocupou a função de Diretor Presidente e Country Manager da Enel Chile e atualmente é Diretor Presidente da Enel Brasil e Country Manager do Grupo Enel no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais
Ana Claudia Gonçalves Rebello	De nacionalidade brasileira, nascida em 07 de outubro de 1971, Ana Claudia Rebello é advogada, graduada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com MBA em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pelo IBMEC, com especialização em Arbitragem pela FGV/RJ. Ingressou no Grupo Enel em 2004, como Diretora Jurídica da Enel Distribuição Rio, tendo de 2006 a 2017 ocupado o cargo de Diretora Jurídica de Geração e Energy Management, passando, no período de 2017 a 2020, a também foi responsável pelos assuntos jurídicos das empresas Enel Green Power. Atualmente é responsável pelos assuntos jurídicos das empresas de distribuição de energia no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais
Marcia Massoti de Carvalho	De nacionalidade brasileira, nascida em 01 de abril de 1976, graduou-se em ciências econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1998. Em 2001, concluiu o curso de pós-graduação em marketing pelo IGA-PUC-RJ. Em 2002, concluiu o curso de pós-graduação em gestão em telecomunicações pela Fundação Dom Cabral, e em 2004, concluiu o curso de pós-graduação em empreendedorismo pela ESPM, no Rio de Janeiro. Em 2007, concluiu o mestrado de economia com ênfase em finanças pelo IBEMEC-RJ, onde defendeu a tese "uso de opções reais para precificação das garantias de contrato: o caso expresse aeroporto". Iniciou suas atividades profissionais como analista em 1997, no banco BVA S.A, banco de investimentos do Rio de Janeiro, onde ficou até 2001, quando foi aprovada em um processo para trainee na Embratel S.A., onde permaneceu por 5 anos. Ingressou no Grupo Enel em 2006 para trabalhar como especialista em Planejamento e Controle da holding Enel Brasil. Em 2008, assumiu o cargo de responsável pelo Planejamento e Controle pelas empresas de geração do Grupo. Em 2009, depois de uma reestruturação das atividades pró-processos, assumiu a responsabilidade da área de reporte, onde ficou por 2 anos. Em 2011, assumiu o cargo de responsável pela secretaria técnica, área criada para suporte à presidência da Enel Brasil, onde permanecer por 4 anos. Desde dezembro de 2014, assume a responsabilidade pela área de Sustentabilidade de todas as empresas do Grupo.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais



Alain Rosolino	De nacionalidade italiana, nascido em 02 de dezembro de 1978, com graduação em Economia e mestrado em Gestão de Negócios pela L.U.I.S.S. University (Roma). Nos últimos 5 anos, exerceu, em 2016, função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., no Chile; participou da integração da Enel Green Power Chile na estrutura do país, durante o período compreendido entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018; e, de 2018 a 2019, exerceu função de Gestor de Recursos Humanos da Enel S.p.A., na Argentina. Atualmente, exerce a função de Head of People and Organization, no Brasil, além de ser Diretor de Recursos Humanos Pessoas e Organização da Enel Brasil S.A., desde 25 de novembro de 2019.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais
Julia Freitas de Alcântara Nunes	De nacionalidade brasileira, nascida em 29/10/1976, na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro. Graduiu-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira, em 2002, como Gerente Financeira da Brasil Sul In e Com Ltda., Grupo com diferentes negócios para o Setor Público, tais como Lavanderia Hospitalar, Confeção Industrial, Construção Civil, Segurança Pública e Agronegócio. Em 2006, ingressou no Grupo Enel como Analista de Planejamento e Controle da Ampla, atuando como responsável pela Implementação, no Brasil, do Sistema de Reporting da Enel SpA. Posteriormente, ocupou diversos cargos dentro do Grupo. Foi Chefe de Planejamento e Controle de Geração e de Gerenciamento de Energia Brasil, de 2015 a 2016, e atualmente é a Chefe de Planejamento e Controle de Infraestrutura e Redes Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais
José Nunes de Almeida Neto	De nacionalidade brasileira, nascido em 15/12/1955. Graduado em Engenharia Elétrica, em 1979, pela Universidade Federal do Ceará - UFC, possui cursos de Especialização STC Executivo, Engenharia e Gestão na Fundação Dom Cabral, Northwestern University e Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Pós-graduado no ano de 2000, em Eficiência e Qualidade Energética, também, pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Em novembro de 1999 passou a ser Gerente de Projetos Institucionais, trabalhando na otimização do programa de investimentos especiais do Estado do Ceará, e desde 2015 assumiu a Diretoria de Relações Institucionais do Grupo Enel no Brasil, e, atualmente, ocupa o cargo de Diretor-Presidente da Celg.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais
Anna Paula Hiotte Pacheco	De nacionalidade brasileira, nascida em 05 de novembro de 1974, com graduação em Engenharia de Produção, pela PUC – RJ. Possui, também, pós-graduação em Avaliação de Projetos, pela FGV – RJ; e extensão em Negociação, pela FGV – RJ. Nos últimos 5 anos, exerceu a função de Head Of Regulatory Affair do Grupo Enel Green Power, no período de fevereiro de 2013 a outubro de 2016; e ocupou cargo de membro de Conselho de Administração da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, durante o período de 27 de abril de 2018 a 29 de abril de 2019. Atualmente, é Head of Regulatory Affairs Generation and Wholesale Market Brasil e Uruguai, desde 2016; membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Eólica, desde 2016; Diretora de Regulação, desde julho de 2018, da Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – CGTF, Enel Brasil S.A., Enel Cien S.A., além de ocupar o referido cargo, desde 22 de agosto de 2019, na Eletropaulo, e ocupa o cargo de Diretora-Presidente da Ampla.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais
Maria Eduarda Fischer Alcure	De nacionalidade brasileira, nascida em 10 de abril de 1975, é advogada especializada em Direito Empresarial pela IBMEC/RJ. Atuou como advogada e sócia em escritório de advocacia no Rio de Janeiro por 10 anos, participando de importantes privatizações no setor elétrico e de telecomunicações e aquisições. Desde 2006, no grupo Enel, atuando na área societária, contratos financeiros, capital estrangeiro e M&A contribuindo e participando de seu crescimento no Brasil e desenvolvendo habilidades além das jurídicas. Atualmente é Head de Corporate Finance & M&A Legal Affairs do Grupo Enel no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais



Luiz Flavio Xavier de Sá	De nacionalidade brasileira, nascido em 15 de maio de 1980, é Engenheiro Elétrico com especializações em Business Administration pela FGV e pela Strathclyde Business School (Universidade de Glasgow, Escócia), este último com ênfase em Administração de Energia Global. Dono de uma carreira sólida no setor elétrico desde o seu ingresso na Elektro em 2005 com passagem mais recente no grupo Neoenergia a partir de 2017. Tem grande experiência desde a atuação como Engenheiro, Coordenação de área de projetos e planejamento, Gerência de operações, incluindo áreas de tecnologia, medição e telecomunicações e gestão de projetos estratégicos. A partir de 2016, ainda na Elektro, iniciou sua atuação como Gerente Executivo de Atendimento ao Cliente e posteriormente no Grupo Neoenergia passou a liderar a mesma área de relacionamento com o cliente na posição de Superintendente e Diretor. Atualmente é Diretor de Mercado da Companhia, além de ocupar este mesmo cargo na Ampla, Celg e Eletropaulo.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.
Michelle Rodrigues Nogueira	De nacionalidade brasileira, nascida 15/09/1977, formada em Ciências Contábeis na Universidade Gama Filho, com especialização em Gestão Tributária pela Universidade Cândido Mendes e Gestão de Negócios com ênfase no Setor Elétrico no IBMEC, entre outras especializações. Ingressou no Grupo Enel em 2005, onde ocupou, entre outros cargos, a de Responsável pela Gestão tributária do grupo Enel no Brasil, a função de membro titular do Conselho Administrativo da Ampla Investimentos S/A e da Brasileiros, atualmente é Diretora de Tributos do grupo Enel no Brasil.	N/A	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF / Passaporte	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções exercidas no Emissor	Indicar se foi eleito pelo Controlador	Membro Independente	Critério Utilizado pelo emissor para determinar a independência	Número de mandatos consecutivos
Jorge Parente Frota Junior	76	Economista	001.841.793-00	Membro Titular do Conselho Fiscal	12/04/2022	12/04/2022	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	6
Antonio Cleber Uchoa Cunha	68	Engenheiro	053.637.133-49	Membro Titular do Conselho Fiscal	12/04/2022	12/04/2022	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	16
Antonio Cleto Gomes	61	Advogado	136.627.323-00	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2022	12/04/2022	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	3
Aldemir Ferreira de Paula Augusto	49	Advogado	620.303.374-04	Membro Suplente do Conselho Fiscal	12/04/2022	12/04/2022	01 ano	Não há	Sim	Sim	Critério utilizado conforme definição do IBGC	16



Nome	Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos	Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Qualquer condenação criminal	Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Outros Cargos ou Funções Exercidas no Emissor
Jorge Parente Frota Junior	Ocupou o cargo de Diretor Comercial na Companhia Brasileira de Laticínios - CBL, onde atualmente é Sócio - Diretor. Foi Presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI/CE, Diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SESI/CE, Diretor Regional do Instituto Euvaldo Lodi - IEL/CE e Membro do Conselho Temático da Integração Nacional da Confederação Nacional da Indústria - FIEC.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Antonio Cleber Uchoa Cunha	Desde outubro de 1997 é Cônsul Honorário do Chile em Fortaleza. Ocupou o cargo de Diretor da União das Classes Produtoras do Ceará-UCP e Membro do Conselho Curador da Fundação Apinco de Ciência e Tecnologia Avícolas-FACTA, em Campinas-SP. Foi Membro do Conselho de autoridade portuária do porto do Mucuripe, do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará, do Conselho do SEBRAE, do Conselho de representantes da FIEC, do ato de Cooperação do Estado do Ceará, do Conselho Estadual do Trabalho do Ceará, do Conselho de Administração da Coelce e do Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNB E. Atualmente ocupa o cargo de Vice-Presidente da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Estado do Ceará-FA CIC e é Secretário das	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A



	Finanças no município do Maracanaú – CE.					
Antonio Cleto Gomes	Sócio-Diretor de Cleto Gomes – Advogados Associados desde 1992.	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A
Aldemir Ferreira de Paula Augusto	Associado gerente das filiais de Fortaleza (CE) e Recife (PE) do escritório profissional De Rosa Siqueira, Almeida, Barros Barreto e Advogados Associados S/C, atua como especialista em Direito Tributário, Comercial e Societário	N/A	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	Não há. O administrador que se pretende eleger está devidamente habilitado para a prática de suas respectivas atividades profissionais.	N/A



12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	PRESENÇA DO CONSELHEIRO/TOTAL DE REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO DESDE A POSSE	% DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES REALIZADAS APÓS A POSSE
Mario Fernando de Melo Santos (Presidente)	12/12	100%
Nicola Cotugno (Vice Presidente)	10/12	83,33%
Teobaldo José Cavalcante Leal	12/12	100%
Guilherme Gomes Lencastre	12/12	100%
Cristine de Magalhães Marcondes	0/3	0%
Francisco Honório Pinheiro Alves	12/12	100%
João Francisco Landim Tavares (Representante dos empregados e aposentados)	12/12	100%
Fernando Augusto Macedo de Melo (Representante dos acionistas minoritários)	11/12	91,66%

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal	Presença do Conselheiro / Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Antonio Cleber Uchoa Cunha	04/04	100%
Jorge Parente Frota Junior	04/04	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês da natureza especificada neste item.



12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia não possui comitês da natureza especificada neste item.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

- O Sr. Mario Fernando de Melo Santos, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Enel Brasil S.A. desde 25/05/2010;
- O Sr. Nicola Cotugno, membro do Conselho de Administração da Companhia, é Diretor-Presidente da Enel Brasil S.A., desde 26/12/2018
- O Sr. Guilherme Gomes Lencastre, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ocupa o cargo de Presidente de Conselho de Administração da



Enel Brasil S.A. desde 29/04/2019, e ocupou o cargo de Diretor na Enel Brasil S.A entre 03/06/2015 e 27/07/2021;

- O Sr. José Nunes de Almeida Neto, hoje Diretor de Relações Institucionais da Companhia, ocupa cargo de Diretor na Enel Brasil S.A. desde 22/12/2015;
- O Sr. Gino Celentano, hoje membro do Conselho de Administração da Companhia, ocupa cargo de Diretor na Enel Brasil S.A desde 27/07/2021;
- A Sra. Marcia Massotti de Carvalho, indicada para o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Companhia ocupa o cargo de Diretora de da Enel Brasil S.A desde 22/12/2015

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.



Anexo V - Aprovação da realização do aumento de capital da Companhia

Nos termos previstos no artigo 14 da Inst. CVM 481 de 2009, com redação dada pela Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015.

a) Informar valor do aumento e do novo capital social

R\$171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais) – aumento do capital social.

R\$ 1.085.346.885,77 (um bilhão, oitenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos) – novo capital social.

b) Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou debônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

Capitalização de lucros ou reservas.

c) Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

Considerando que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei 6.404/76, a Companhia propõe que seja deliberado em Assembleia Geral Extraordinária sobre a capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor R\$ 171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais).

d) Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal

Não aplicável.

e) Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- **Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas** – Não implicará em alteração do valor nominal das ações da Companhia.
- **Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal** – Sem modificação do número de ações da Companhia.

f) Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável.



Anexo VI - Aprovação da modificação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Companhia aberta

CNPJ N.º 07.047.251/0001-70

NIRE N.º 23300007891

O Conselho de Administração da **Companhia Energética do Ceará - COELCE** (“Coelce” ou “Companhia”) submete aos acionistas da Companhia a proposta da administração sobre a matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12/04/2022, nos termos a seguir expostos: Proposta da administração para alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

Nos termos do previsto nos incisos I e II do artigo 11 da Inst. CVM 481 de 2009, a Administração apresenta o estatuto social atual, demonstrando, em destaque, as alterações propostas, bem como, as respectivas justificativas:

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$ 914.346.885,77 (novecentos e quatorze milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinquenta e duas mil e setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES ARTIGO 5º - O Capital Social é de R\$1.085.346.885,77 (um bilhão, oitenta e cinco milhões, trezentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e sete centavos), constituído por 77.855.299 (setenta e sete milhões, oitocentas e cinquenta e cinco mil, duzentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 (quarenta e oito milhões, sessenta e sete mil, novecentas e trinta e sete) ações ordinárias e 29.787.362 (vinte e nove milhões, setecentas e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e duas) ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 (vinte e oito milhões, duzentas e cinquenta e duas mil e setecentas) ações preferenciais “Classe A” e 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e vinte e duas) ações preferenciais “Classe B”.	Sem alteração. Capitalização parcial do saldo da reserva de reforço de capital de giro, no valor de R\$171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais), tendo em vista que o saldo das reservas de lucros, após a proposta de destinação do lucro deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2022, ultrapassará o limite que trata do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6404/76.